



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA SOCIEDADE
PROGRAMA DE ANTROPOLOGIA E ARQUEOLOGIA**

RAIANA SIQUEIRA MENDES

**CONSTRUINDO O DIÁLOGO: PERFORMANCE E POLÍTICA NA
REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DO TERRITÓRIO QUILOMBOLA
ALTO TROMBETAS II**

**Santarém/PA
Fevereiro/2019**

RAIANA SIQUEIRA MENDES

**CONSTRUINDO O DIÁLOGO: PERFORMANCE E POLÍTICA NA
REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DO TERRITÓRIO QUILOMBOLA
ALTO TROMBETAS II**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Programa de Antropologia e Arqueologia
para obtenção grau de Bacharelado em
Antropologia; Universidade Federal do Oeste
do Pará, Instituto de Ciências da Sociedade.

Orientadora: Profa. Dra. Luciana Gonçalves de
Carvalho.

**Santarém/PA
Fevereiro/2019**

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
Sistema Integrado de Bibliotecas - SIBI/UFOPA

M538c Mendes, Raiana Siqueira

Construindo o diálogo: performance e política na regularização fundiária do território quilombola Alto Trombetas II / Raiana Siqueira Mendes. – Santarém, 2019.

66f.: il.

Inclui bibliografias.

Orientadora: Luciana Gonçalves de Carvalho

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade Federal do Oeste do Pará, Instituto de Ciências da Sociedade, Programa de Antropologia e Arqueologia, Bacharelado em Antropologia.

1. Território quilombola - Alto Trombetas II. 2. Unidades de Conservação. 3. Diálogo. I. Carvalho, Luciana Gonçalves de, *orient.* II. Título.

CDD: 23 ed. 305.89608115

Bibliotecária - Documentalista: Giselle Pinheiro – CRB/2 596

RAIANA SIQUEIRA MENDES

**CONSTRUINDO O DIÁLOGO: PERFORMANCE E POLÍTICA NA
REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DO TERRITÓRIO QUILOMBOLA
ALTO TROMBETAS II**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Programa de Antropologia e Arqueologia
para obtenção grau de Bacharelado em
Antropologia; Universidade Federal do Oeste
do Pará, Instituto de Ciências da Sociedade.

Conceito: 9,5

Data de Aprovação: 19/02/2019.



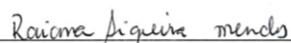
Prof. Dra. Luciana Gonçalves de Carvalho (Orientadora)
Universidade Federal do Oeste do Pará



Prof. Msc. Helena Moreira Schiel (Membro)
Universidade Federal do Oeste do Pará



Prof. Dr. Raimundo Valdomiro de Sousa (Membro)
Universidade Federal do Oeste do Pará



Discente aluno(a)
Universidade Federal do Oeste do Pará

Dedico este trabalho às comunidades quilombolas do Território Alto Trombetas II, aqui representadas pela ACRQAT.

AGRADECIMENTOS

À Deus;

Aos meus pais, Nilda e Mendes por todo amor, carinho, compreensão; por acreditarem nos meus sonhos e por todo esforço que fizeram para que eu pudesse chegar até aqui;

Aos demais familiares pelo carinho e incentivo;

À Profa. Luciana Carvalho, por suas generosas: orientação, paciência, incentivo e disponibilidade sempre que solicitei;

À Andreza Viana, por todo apoio, amizade e carinho me dado nestes 3 anos, que parecem mais uma vida toda;

A todos(as) os demais amigos, antigos e novos que me deram força e perdoaram minha ausência nestes últimos meses.

E por fim, aos diretores(as) da ACRQAT, pela confiança e por terem tornado possível o desenvolvimento deste trabalho.

“Exigimos o direito de refletir sobre o assunto e de decidir as mudanças que queremos adotar. Qualquer tipo de alteração do nosso modo de vida e do uso que fazemos do nosso território tem de respeitar nossas escolhas”. (ACRQAT, 2018).

RESUMO

A titulação de territórios quilombolas é um direito estabelecido na Constituição Federal de 1988, através do Artigo nº 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), que concede aos remanescentes de comunidades quilombolas o direito de ter suas terras reconhecidas e definitivamente tituladas, cabendo ao Estado o dever de emitir seus respectivos títulos. Em fevereiro de 2017, o Incra publicou o RTID das comunidades quilombolas que correspondem ao Território do Alto Trombetas II, no município de Oriximiná/PA, no entanto, essas áreas encontram-se sobrepostas por duas unidades de conservação Flona e Rebio, impossibilitando a titulação imediata e definitiva de seus territórios e alimentando uma disputa territorial entre os quilombolas e órgãos do governo. Após a publicação do relatório foi iniciada uma série de negociações, em busca de um “diálogo” para a resolução do conflito, esse chamado “diálogo” é construído a partir de habilidades comunicativas que esta pesquisa propõe abordar. Nesse sentido, o objeto empírico deste estudo são as reuniões internas da associação quilombola e as reuniões formais com o governo, em virtude de serem momentos privilegiados para a observação da organização política e social das comunidades, bem como dos papéis performatizados pelos atores envolvidos. Por fim, além do trabalho de campo de cunho etnográfico, este trabalho também se ancorou em levantamentos bibliográficos e documentais sobre a temática estudada no campo da antropologia e do direito, mas, sobretudo, dos documentos emitidos durante o processo em questão, como memórias de reunião, notas técnicas, portarias, relatórios e outros.

Palavras-chave: Quilombolas. Titulação. Unidades de Conservação. Diálogo. Performance.

ABSTRACT

The titling of quilombola territories is a right established in the 1988 Federal Constitution, through Article 68 of the Transitional Constitutional Provisions Act (ADCT), which conceives the remnants of quilombola communities the right to have their lands recognized and definitively titled. State the duty to issue their respective securities. In February 2017, Incra published the RTID of the quilombola communities that correspond to the Alto Trombetas II Territory, in the municipality of Oriximiná / PA, however, these areas are overlapped by two protected areas Flona and Rebio, making it impossible to titrate immediate and final settlement of their territories and fueling a territorial dispute between the quilombolas and government bodies. After the publication of the report, a series of negotiations were initiated, in search of a "dialogue" for the resolution of the conflict, this so-called "dialogue" is constructed from the communicative skills that this research proposes to address. In this sense, the empirical object of this study is the internal meetings of the quilombola association and the formal meetings with the government, because they are privileged moments for the observation of the political and social organization of the communities, as well as of the roles performatized by the actors involved. Finally, in addition to ethnographic fieldwork, this work has also been anchored in bibliographical and documentary surveys on the subject studied in the field of anthropology and law, but especially of the documents issued during the process in question, such as memories technical notes, ordinances, reports and others.

Keywords: Quilombolas. Titling. Conservation units. Dialogue. Performance.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES E TABELAS

Figura 1 – Universo da Pesquisa: Município de Oriximiná, IBGE (2019).

Figura 2 – Mapa dos Territórios Quilombolas e Unidades de Conservação, Comissão Pro-Índio de São Paulo (2016).

Figura 3 – Tópico da Sobreposição, ICMBio (2017).

Figura 4 – Barracão da Comunidade de Curuçá, Soliane Santos (2017).

Figura 5 – Vista lateral do galpão de exposição e armazenamento de cerâmicas da Comunidade Moura, Ecodimensão (2014).

Figura 6 – Lanchas, rabetas e barcos atracados em frente à comunidade de Curuçá, Soliane Santos (2017).

Tabela 1 – Etapas do Processo de Titulação.

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

ACRQAT – Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombo do Alto Trombetas II

ADCT – Ato das Disposições Constitucionais Transitórias

AETMO – Associação de Extrativistas Tradicionais do Município de Oriximiná

AGU – Advocacia-Geral da União

ARQMO – Associação dos Remanescentes de Quilombo do Município de Oriximiná

CAAF – Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal

CCDRU – Contrato de Concessão de Direito Real de Uso

CF/88 – Constituição Federal de 1988

Ecam – Equipe de Conservação da Amazônia

FCP – Fundação Cultural Palmares

Flona – Floresta Nacional

Funai – Fundação Nacional do Índio

IBDF – Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal

ICMBio – Instituto Chico Mendes de Conservação e Biodiversidade

Incra – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

Mapa – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

MMA – Ministério do Meio Ambiente

MP – Medida Provisória

MPE – Ministério Público Estadual

MPF – Ministério Público Federal

MRN – Mineração Rio do Norte

OIT – Organização Internacional do Trabalho

Pepca – Programa de Extensão Patrimônio Cultural na Amazônia

PL – Projeto de Lei

Rebio – Reserva Biológica

RTID – Relatório Técnico de Identificação e Delimitação

SFB – Serviço Florestal Brasileiro

SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação

TC – Termo de Compromisso

TQ – Território Quilombola

TRF-1 – Tribunal Regional Federal da 1ª Região

UC – Unidade de Conservação

UFOPA – Universidade Federal do Oeste do Pará

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	14
1.1. Trajetória de Pesquisa.....	15
1.2. Estrutura do Trabalho	17
2. DAS FUGAS AO CONFLITO SOCIOAMBIENTAL.....	18
2.1. A formação dos quilombos em Oriximiná	18
2.2. Novos conflitos e a luta pela titulação do território quilombolas Alto Trombetas II...22	
3. INSTITUINDO O DIÁLOGO.....	33
3.1. Reuniões de Alinhamento.....	35
3.2. Reuniões Formais.....	41
4. DIÁLOGO COMO PERFORMANCE.....	57
5. CONCLUSÃO.....	63
REFERÊNCIAS.....	64

1. INTRODUÇÃO

Em fevereiro de 2017, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) publicou o Relatório Técnico de Identificação de Delimitação (RTID) território Alto Trombetas II, que engloba as comunidades quilombolas Moura, Juquirizinho, Jamari, Curuçá, Juquiri, Palhal, Último Quilombo e Nova Esperança (Erepecu), que se distribuem em ambas as margens do rio Trombetas, em Oriximiná-PA.

Tal relatório é um subsídio necessário para o processo de titulação de territórios quilombolas (TQs). No entanto, as áreas pleiteadas pelos quilombolas estão sobrepostas por duas Unidades de Conservação (UCs) – a Floresta Nacional Saracá-Taquera e a Reserva Biológica do Rio Trombetas –, o que impossibilita a titulação dos territórios, uma vez que o Incra não titula áreas públicas. Desse modo, a titulação só poderia ocorrer se as unidades de conservação tivessem seus limites alterados, desafetando as terras pleiteadas pelas comunidades. Ocorre que isso só pode ser feito por meio de Projeto de Lei aprovado no Congresso Nacional, complicando todo o processo e alimentando um conflito entre as comunidades quilombolas representadas pela Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Alto Trombetas (ACRQAT), a Fundação Cultural Palmares (FCP) e outras instituições públicas como o Ministério do Meio Ambiente (MMA), ICMBio (Instituto Chico Mendes de Conservação e Biodiversidade), SFB (Serviço Florestal Brasileiro), e Incra que têm, em diferentes aspectos, ingerência sobre as UCs e, assim, interferem na gestão do território quilombola.

A partir da publicação do RTID o governo e a associação começaram a realizar reuniões com a intenção de estabelecer mecanismos que contribuíssem para o avanço do processo. Essas reuniões pressupõem o convívio entre os envolvidos de uma maneira nunca vista antes e gera a necessidade da criação de um “diálogo” – assim chamado pelos próprios representantes dos órgãos e dos quilombolas – para a condução de negociações em que um ou outro tem que ceder em diferentes momentos. Crapanzano (1991, p. 60) afirma que “o diálogo é um modo cultural e historicamente definido de conceber certas transações verbais, e tem, enquanto tal, uma força retórica considerável”. Afirma ainda que o diálogo às vezes pode sugerir, mutualidade, autenticidade e a definição de uma relação igualitária, como pode também criar a ilusão de que essas características existem onde não há, pode revelar e ao mesmo tempo ocultar muitas coisas, como as relações de poder e os reais desejos por trás da palavra falada.

Em algumas situações e já pensando na necessidade desse entendimento entre as partes, o ICMBio se dispôs a avaliar a possibilidade de recategorização da Rebio¹, assim como os quilombolas tiveram que compreender que a titulação definitiva, expedida pelo Incra, nesse momento não é viável.

Esse chamado “diálogo” é construído a partir de habilidades comunicativas que esta pesquisa propõe abordar. Acompanhei as reuniões a partir de dezembro de 2017, e elas se dividem em: reuniões de alinhamento da associação, nas quais são discutidas as estratégias de participação e o papel de cada diretor nos eventos mais gerais, e reuniões formais com o governo, nas quais esses papéis são “representados” pelos participantes.

Diante do exposto, este trabalho propõe um estudo de caso² sobre as negociações relativas ao processo de titulação das comunidades em meio ao conflito entre os órgãos e os quilombolas envolvidos na disputa territorial. O objeto empírico do estudo são as reuniões internas da associação e as reuniões formais com o governo, em virtude de serem momentos privilegiados para a observação da organização política e social das comunidades, bem como dos papéis performatizados pelos atores envolvidos.

1.1. Trajetória de Pesquisa

Meu primeiro contato com as comunidades quilombolas do Alto Trombetas II aconteceu em 2015, quando eu entrei como bolsista de extensão e sob a orientação da Profa. Dra. Luciana Carvalho, no Programa de Extensão Patrimônio Cultural na Amazônia (Pepca). Na época, desenvolvia o Plano de Trabalho “Consulta Prévia e Mineração em Trombetas”, elaborado a partir da própria demanda das comunidades em virtude da instauração do Inquérito Civil Público nº 1.23.002.000480/2012-81 pelo MPF, em 2012, com o objetivo de apurar denúncias de que a empresa Mineração Rio do Norte estaria executando atividades de pesquisa em platôs localizados em áreas pleiteadas por comunidades quilombolas na Região de Trombetas/PA. Nesse contexto, a Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Alto Trombetas (ACRQAT) solicitou a colaboração do Pepca para promover ações de pesquisa,

¹ A Reserva Biológica, entre todos os tipos de unidades de Proteção Integral, é a mais restritiva em relação às possibilidades de permanência e uso de recursos. A mudança de categoria de uma UC pode ocorrer por diversas razões, como políticas, sociais, ambientais e etc, mas assim como a desafetação, somente por meio de Projeto de Lei. Nesse contexto, a possibilidade de recategorização é mencionada em função da ocupação quilombola no interior da rebio e dos usos que fazem do território.

² Método qualitativo que permite melhor compreender e aprofundar os fenômenos individuais e os processos políticos e organizacionais de uma sociedade. Procurando na situação específica encontrar as características e o que há mais fundamental nela.

registro, documentação e capacitação de líderes locais, bem como apoiar a organização da associação ameaçada pelo projeto de mineração, na medida em que incide em direitos coletivos (territoriais, socioambientais, étnicos, culturais).

Na minha primeira ida a campo, ainda para tratar da consulta prévia, lembro-me que fiquei encarregada de produzir a ata da reunião que estava acontecendo, sendo esta uma demanda da associação, além da necessidade de terem o registro das reuniões e de outros processos, o pesquisador(a) que chega lá não fica somente no seu cantinho observando e fazendo anotações, os quilombolas demandam pesquisa, projetos e extensão, querem que suas experiências sejam compartilhadas, mas exigem do pesquisador(a) proatividade também.

Naquele momento, fiquei um pouco insegura por se tratar de um documento oficial e que serve para registrar as falas, decisões e ocorrências de uma reunião. Sabia, também, que esse é um documento que tem muito valor para os quilombolas, por viverem num contexto de intensos conflitos e desconfiança, obrigando-os a ter o registro formal de tudo que os representantes de órgãos federais, empresas e entidades falam, sugerem e deliberam em suas reuniões. Apesar da pressão por ter que ficar focada e atenta na fala de cada sujeito, encarei o desafio de elaborar a ata daquela reunião que iniciou às 10h30min e terminou às 18h.

As reuniões nas comunidades quilombolas de Trombetas têm essa característica específica, a maioria delas dura o dia todo, com intervalo apenas para o almoço. Compreendo a importância que eles dão para tais reuniões porque são espaços singulares onde estão na presença de representantes do governo, empresas e entidades, e podem, portanto, direcionar suas cobranças, denúncias e pedidos “face a face”. Outro fator é o deslocamento das lideranças e famílias para os locais onde ocorrem as reuniões. Como vivem na margem do rio e dos lagos, seus meios de transporte são os barcos ou *rabetas*, e a viagem de uma comunidade para outra chega a durar em média de duas a três horas. Logo, é um sacrifício que eles fazem constantemente, para os quais não medem esforços, porque suas reuniões sempre estão lotadas.

Foi a partir dessa primeira experiência em suas reuniões, e por terem gostado do meu desempenho na elaboração da ata, que fiquei conhecida como a “ateira” e na maioria das vezes que tenho a oportunidade de acompanhar alguma reunião, eles me fazem esse pedido e o realizo com satisfação, porque é uma maneira de contribuir para a organização deles e uma forma também de retribuir o trabalho de pesquisa que venho desenvolvendo lá. Entendo esse “cargo” de “ateira” como um privilégio, tenho em alguma proporção a credibilidade e confiança das lideranças da ACRQAT, coisa que muitos pesquisadores e interlocutores do grupo deram e dão duro para ter.

Foi durante as reuniões informativas que aconteceram nos dias 13 e 14 de dezembro de 2017 para tratar do processo de titulação e sobreposição do território que passei a visualizar as reuniões como um objeto passível de análise. As falas, performances, dinâmicas, discussões calorosas e até a posição privilegiada que ocupo nessas reuniões, reafirmariam a originalidade da proposta.

1.2 Estrutura do trabalho

No primeiro capítulo deste trabalho, faço um breve histórico sobre a da formação dos quilombos em Oriximiná, destacando as estratégias e redes de confianças que os negros estabeleceram ao longo dos anos quando fugiram da condição de escravizados, das grandes fazendas de cacau e gado na região. Ainda neste capítulo, abordo também a instauração de novos conflitos, desta vez, de natureza socioambiental, com a chegada da MRN e com a implantação das Unidades de Conservação no território ocupado tradicionalmente pelos quilombolas, medidas que até os dias atuais dificultam a finalização do processo de titulação.

Em seguida, entrando no ponto que diz respeito a construção do diálogo durante os processos de negociações, lanço mão de uma descrição detalhada das reuniões que acompanhei enquanto estava realizando o meu trabalho de campo nas comunidades, ressalto que ao mencionar os nomes dos indivíduos no relato das intervenções, optei por usar nomes fictícios para não comprometer ninguém, mas também em função da variedade de interpretações e preferências que possa ter. Assim, classifiquei as reuniões em duas: reuniões de alinhamento e reuniões formais, estabelecendo os rituais, finalidades e diferenças de cada uma. E no último capítulo, trago a perspectiva do diálogo como performance, analisando as ações e representações dos sujeitos no contexto das reuniões a partir de analogias e noções de autores como Max Gluckman (1986) com sua contribuição sobre *situação social* e Richard Schechner (2006) por meios de seus estudos sobre *performance* e antropologia.

O trabalho de campo foi parte fundamental para o desenvolvimento deste trabalho, pois, foi nele e partir das interações sociais resultantes dele que tive a possibilidade de tentar compreender e estabelecer as categorias que serão abordadas aqui, permitindo a descrição, análise e interpretação das evidências que surgiram. O esforço dialógico necessário para conectar os diferentes pontos de vista foi o que deu sentido às minhas observações. (OLIVEIRA 2007).

2. DAS FUGAS AO CONFLITO SOCIOAMBIENTAL

2.1 A formação dos quilombos em Oriximiná

O sistema escravocrata no Brasil foi a base de toda economia colonial no período da colonização portuguesa, formou-se uma estrutura de sociedade agrária, conhecida também como “colônia de plantação” que combinou as características escravocrata na técnica e exploração econômica de índios e negros principalmente na sua composição. A manutenção desse sistema justificava-se principalmente pela crença na superioridade racial branca, tornando negros e índios simples objetos de trocas e negociações com suas vidas condenadas ao trabalho árduo nas lavouras, em tarefas domésticas e a servir os grandes proprietários de terras, comerciantes e à coroa portuguesa (WANDERLEY, 2006).

Mas houve resistência também, conforme Wanderley (2006), a condição de escravizado não foi aceita de forma natural e pacífica, devido aos grandes maus tratos, punições e aos castigos corporais desumanos a que eram submetidos os africanos, muitos fugiam, ocorrendo fugas individuais e em massa, e estes passaram a se concentrar em lugares que denominaram de quilombos. E os quilombos se tornaram importantes centros de resistência e abrigo de negros que fugiam do trabalho forçado e das péssimas condições de vida no país.

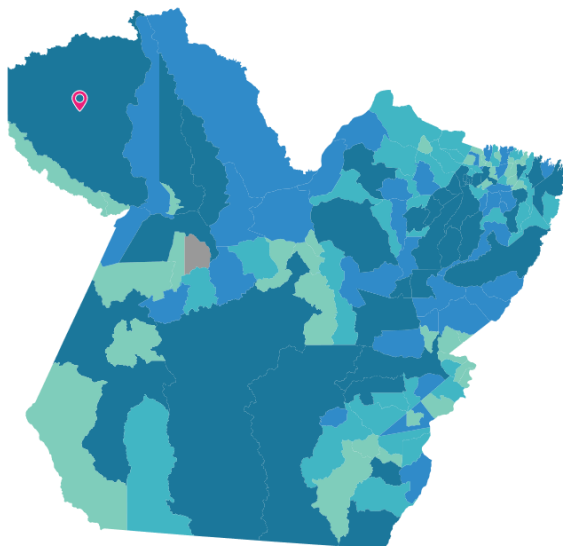
(...) os atos de fuga e construção dos quilombos significavam ao mesmo tempo a luta por sobrevivência e resistência ao sistema. Os quilombos propunham fornecer uma possibilidade de liberdade e autonomia no interior do sistema escravista, e também se tornaram elemento de pressão dos escravos por melhores condições. (WANDERLEY, 2006, p. 5).

No Baixo Amazonas (região oeste do Pará), as comunidades remanescentes de quilombo que vivem à margem do rio Trombetas no município de Oriximiná/PA, possuem uma história marcada por conflitos, luta e resistência, cujos antepassados fugiram das grandes fazendas de cacau e gado, das cidades de Óbidos, Santarém, Alenquer, Belém e de outros centros urbanos e se refugiavam em lugares acima das cachoeiras e cabeceiras do rio. Os quilombolas ocupam a região desde o século XIX, mantendo e repassando suas crenças e práticas, construindo sua identidade e territorialidade (FUNES, 2009).

Oriximiná é um município localizado na região Oeste do Pará e de acordo com estimativas do IBGE para 2018, a população do município é de aproximadamente 72.160 pessoas. O desbravamento aconteceu em 1877, durante as missões religiosas em que o padre José Nicolino de Sousa, natural de Faro, desbravou a terra firme na margem esquerda do rio

Trombetas e fundou o povoado de Uruúá-Tapera, mais tarde conhecida como Oriximiná, nome de origem indígena e de procedência tupi, que significa “macho abelha”, o zangão.³

Figura 1. Universo da pesquisa: município de Oriximiná, localizado na área em destaque.



Fonte: IBGE (2018)⁴.

Na região, os quilombos eram conhecidos como *mocambos*, como informam Acevedo e Castro (1998, p. 28):

O termo mocambo foi utilizado no século XIX por governadores e corpos de policiamento para identificar o agrupamento de fugitivos, notadamente formado por escravos. A denominação mocambo foi impregnada de conotações negativas, identificando-o como o lugar de reunião de mocambeiros ou mocambistas, tidos como criminosos desertores e preguiçosos pela sociedade escravista. O quilombo enquanto categoria histórica detém um significado de resistência e de autoafirmação do grupo diante da ordem escravista.

O processo de ocupação do Trombetas ocorreu de forma lenta e gradativa em diferentes épocas e por grupos étnicos distintos. Devido a grandes barreiras naturais (cachoeiras, matas densas e corredeiras), o rio Trombetas foi considerado um dos afluentes do Amazonas menos explorado e conhecidos durante o processo de colonização da região.

³ Informação disponível em: <https://orixi.wordpress.com/oriximina/>. Acesso em: 05 mar. 2019.

⁴ Informação disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/oriximina/panorama>. Acesso em: 05 mar. 2019.

O vale do rio Trombetas, segundo Wanderley (2006), foi ocupado primeiramente por índios, que ameaçados e perseguidos pelos colonizadores europeus fugiam das proximidades do baixo do vale do rio Amazonas e seguiam para regiões mais afastadas, nas terras firmes e protegidas pelos rios e cachoeiras. O segundo processo de ocupação se deu por grupos de negros escravizados que fugiam das grandes senzalas, e temendo as expedições de recaptura, juntavam-se aos índios nas áreas mais afastadas.

Quanto mais se intensificava o processo de colonização da região, com a plantação de cacau e a expansão da agropecuária, aumentava também a necessidade de mão-de-obra, e mais negros eram trazidos para trabalharem nessas atividades. E na medida em que eram trazidos, aumentava também a quantidade de fugas. Fugiam em direção ao rio e às cachoeiras, em razão do difícil acesso a essas áreas, para diminuir também as possibilidades de recaptura. A estratégia de que se utilizavam consistia em fugir no período de cheia dos rios (novembro a maio), que facilitava a navegabilidade, e durante as festas juninas e natalinas, quando a fazenda estava concentrada em outras atividades, e não se percebia de imediato a falta dos negros. Além disso, optavam por lugares como as cabeceiras dos lagos e acima das cachoeiras, de onde poderiam ver quando as expedições de recaptura se aproximassem (FUNES, 2009).

Em meios às fugas e perseguições, acredita-se que os negros contataram grupos indígenas e receberam auxílio e informações sobre os territórios, trocando bens de consumo e estabeleceram uma rede de confiança para se protegerem de um inimigo comum: os colonizadores. Salles (2005, p. 237) afirma que:

Na floresta o negro se achava sozinho. Às vezes, conseguia chegar a alguma aldeia indígena e, por sorte, acabava vivendo amistosamente com os silvícolas. Bandeava-se desta forma para grupos totalmente estranhos e que, com ele, só tinham um traço comum: o ódio ao branco dominador. Há na crônica da escravidão muitos casos ilustrativos e que destroem o mito da incompatibilidade étnica.

Os mocambos se tornaram a expressão mais significativa e importante da luta, sobrevivência e resistência dos negros da região de Trombetas. Mais do que um lugar de fuga, os mocambos eram seus lares, um território onde tiveram que se adaptar ao clima, vegetação e a realizar atividades de subsistência como caça, pesca, coleta e extração de recursos naturais. Essas atividades, anos depois, foram fundamentais para a manutenção da economia local, principalmente a coleta de castanha e o plantio de mandioca e outros produtos. Com o passar dos anos suas ocupações foram sendo consolidadas, e, ao final do século XIX e início do século XX, a perseguição e o perigo de serem recapturados foram diminuindo. Os mocambos foram se expandindo, migrando para outros lugares e os ex-escravos foram descendo para as margens

do rio e formando novas ocupações como Cachoeira Porteira, Mocambo, Conceição, Macaxeira, Abuí, Tapagem, Erepecu e Moura (FUNES, 2009).

Com a abolição da escravatura, esses grupos foram ocupando cada vez mais áreas na margem do rio, dos lagos e igarapés, criando comunidades que se mantêm até hoje. Esse processo de ocupação do território está presente em registros históricos e vivo na memória coletiva e social de cada um.

Segundo Carvalho (2015, p. 73):

As experiências da escravidão vividas pelos antepassados dos remanescentes de quilombos de Oriximiná persistem em gestos, memórias, pesadelos e histórias passadas de pais para filhos. Conformam um material simbólico denso para a elaboração de representações de um passado comum, as quais reforçam o sentimento de pertença étnica e alimentam a continuidade das comunidades.

Para Halbwachs (2004) a memória individual, é um desdobramento de uma memória coletiva, uma vez que as lembranças e vivências são construídas no interior de um grupo, além disto, podemos criar um imaginário e representações do passado a partir da percepção e narrativas de outras pessoas, naturalmente, somos estimulados a imaginar o que aconteceu e internalizamos essas representações, criando também uma memória histórica.

Uma ilustração dessa afirmativa, verifica-se na entrevista a seguir, realizada pela Ecodimensão (2014), para o relatório antropológico do Jamari/Último Quilombo, que compõe uma das peças técnicas do RTID:

A minha bisavó fugiu da escravidão, a avó da minha avó. Ela veio pra cá pra esse rio fugida, pra esse rio que não tinha um vivente. O pai dela foi tirar lugar pra morar aí no fim das cachoeiras. Quando eles iam fazer compra na cidade, eles iam todos escondidos. Andavam de noite, com medo dos brancos pegarem eles. Andavam de noite; de dia eles estavam escondidos na beirada. Assim a minha avó contava, porque eu mesma não conto; já conto o que ela contava. A avó dela veio escondida da escravidão. A mãe da minha avó já foi ter ela lá nas cachoeiras, num lugar chamado Campiche. E ela contava pra nós isso. Só andavam escondidos. Até que eles conseguiram ter a liberação pra vim morar mais pra baixo. Naquele tempo, de primeiro, o povo era tudo parado, não fazia quase nada, só andava mesmo assim escondido. Esse rio era liberto, era um rio farto. Botavam caça pela beira, não tinha medo de cristão, porque não conheciam cristão. Ela contava. Ela dizia: “Ah, minha filha, naquele tempo tudo era escondido. Medo de branco pegar os pobres, os negros!” Os pobres, que eles chamavam (Entrevista com Nasezenha de Andrade, out./2012, p. 59).

Pollak (1992) afirma que os elementos que constituem os acontecimentos de uma memória individual ou coletiva, são primeiramente, os processos vividos pessoalmente. Depois disto, seriam os acontecimentos que ele caracterizou como “vividos por tabela”, ou seja,

experiências vividas pelo grupo na qual a pessoa se diz pertencer. São ainda, acontecimentos dos quais a pessoa nem sempre viveu, mas que, no imaginário que ela construiu, tornaram-se tão relevantes que às vezes sente que participou de tal processo.

O processo de ocupação também concretiza a construção de territorialidade, cuja relação entre homem-natureza, é fundamental. Para Wanderley (2006, p. 8):

O espaço vital, da satisfação das necessidades básicas, se transforma em espaço vivido, das práticas, dos símbolos, dos mitos, da história e da identidade para com o território. O espaço vivido é a expressão do profundo enraizamento territorial dos negros, ou seja, a construção de uma territorialidade.

Os quilombolas que até hoje estão localizados às margens do rio Trombetas, são prova viva da existência pregressa de um povo que lutou e resistiu em um dos períodos mais cruéis da história brasileira. A organização social e territorial, bem como as redes de relações e confiança estabelecidas e consolidadas ao longo do tempo ainda são reflexos da construção histórica feita pelos negros que conseguiram fugir das senzalas.

Segundo O'Dwyer (2002), historicamente esses grupos costumavam praticar formas de “isolamento defensivo e consciente”, para dificultar a entrada de estranhos nas localidades em que vivem, num contexto de constante ameaças externas. Mas construía também redes de alianças e cumplicidade fora dos mocambos com grupos distintos, durante o período da colonização podemos ressaltar a aliança com os indígenas para se defenderem das expedições de recaptura e nos períodos mais recentes, a aliança com os ribeirinhos pelo reconhecimento territorial, denominada também pela autora como “unidades em contraste⁵”.

A compreensão de território que se aplica aos mocambos do Trombetas e outras diversas populações tradicionais, segundo Almeida (2002), não é representada pelos limites físicos ou geográficos das áreas, como é comumente definido pela lógica das relações de poder do Estado. O território não começa na beira do rio e termina na sede da associação; noção de território ultrapassa o lugar onde moram, tem relação com os usos que fazem, os recursos que utilizam e os processos identitários, culturais, simbólicos e sociais que constroem sobre a terra ao longo dos anos.

2.2 Novos conflitos e a luta pela titulação do território quilombola Alto Trombetas II

⁵ “Unidades em contraste” faz a referência a compreensão dos grupos no que diz respeito às diferenças que possuem em termos de subsistência e das interações que promovem no núcleo urbano.

O Território Quilombola (TQ) Alto Trombetas II, onde esta pesquisa foi realizada, abrange as comunidades quilombolas do Moura, Juquirizinho, Jamari, Curuçá, Juquiri, Palhal, Último Quilombo e Nova Esperança (Erepecu),

Segundo a Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombo do Alto Trombetas II (ACRQAT - entidade que representa o território), há aproximadamente 300 famílias vivendo em seus limites. Trata-se, para essas famílias, de um lugar onde repassam os conhecimentos e tradições de seus antepassados, renovam e agregam novos sentidos e práticas com os anos.

Contudo, diversos conflitos foram instaurados entre as comunidades e diferentes atores ao longo dos anos. Em 1976 ocorre a implantação da *company town* Porto Trombetas, um megaprojeto da Mineração Rio do Norte (MRN), com o propósito de realizar extração e exportação de bauxita, sendo que alguns dos platôs visados pela empresa localizam-se no interior do território historicamente ocupado pelos quilombolas. Naquele período, não havia leis que protegessem as comunidades dos efeitos da mineração no território, mas já existia o Código de Mineração instituído pelo Decreto-lei nº227, de 28 fevereiro de 1967, que regulamentava e legitimava as atividades minerárias na área.

Este evento causou “transformações estruturais profundas e duradouras na área ocupada pelos remanescentes de quilombo do Trombetas a começar pela quebra do relativo distanciamento que os negros se encontravam dos centros urbanos” (Ecodimensão, 2014, p. 65). Com a chegada da MRN e conseqüentemente a demanda por serviços terceirizados e força de trabalho, muitos negros foram trabalhar para a mineração, saindo da condição que experimentavam de camponeses e sendo convertidos em operários ou prestadores de serviços. Ainda segundo o autor, esse processo de proletarianização aconteceu de forma mais intensa e significativa nas comunidades de Boa Vista e Moura, que se localizam próximo de onde a cidade de Porto Trombetas foi instalada.

Com a intensificação das atividades da mineração não demorou para que os efeitos devastadores ambientais, sociais e econômicos começassem a aparecer, sentidos diretamente pelos quilombolas, como a poluição do lago da Batata com rejeitos da exploração da bauxita, que assim como outros lagos, era uma lugar tradicional para a realização de atividades de pesca e lazer dos moradores, mas que foi interditado pela MRN (Ecodimensão, 2014).

Em 1979 foi criada pelo Decreto nº 84.018 a Reserva Biológica do Rio Trombetas, abrangendo boa parte do território ocupado pelas comunidades. As proibições e limitações de acesso e uso de recursos naturais, que esse modelo de Unidade de Conservação (UC) impõe

gerou conflito entre elas e o então Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF). De acordo com Wanderley (2008, p. 15):

Na REBIO, por lei, não se permite a existência de nenhum humano vivendo no seu interior. Esse tipo de conservação considera a interação entre indivíduo e natureza um risco à preservação ecológica local. As reservas biológicas estão estruturadas num discurso puramente biológico e ecológico, que defende a exclusão do homem para maior proteção da biodiversidade, como se o ser humano não fosse parte integrante da natureza e como se todas as relações entre homem-meio fossem por excelência maléfica. Cria-se assim um território inexistente, onde não existe ser humano nem muito menos a relação sociedade-natureza.

A criação da reserva resultou na migração compulsória e por vezes violenta de muitos quilombolas que viviam no interior da Rebio para outras comunidades. E aqueles que permaneceram no lugar, tiveram que conviver sob constante ameaças e com a existência invisibilizada pelos órgãos. Para Leite (1996), essa invisibilidade social do negro pode ser explicada por meio da influência das ideologias raciais na consolidação de uma identidade nacional marcada pelo mito das três raças e posteriormente pelo mito da democracia racial, na qual um dos suportes é a ideologia do branqueamento. Para a autora, “não é o que negro não seja visto, mas sim que *ele é visto como não existente*”, diz ainda que esse processo funciona como um *dispositivo de negação* do outro, tornando-se um produtor e reproduzidor do racismo mesmo que por vezes, inconscientemente (LEITE, 1996, p. 41).

As informações no relatório antropológico das comunidades Jamari/Último Quilombo apontam, que o IBDF reforçava a invisibilização dos quilombolas, que sabia da existência das unidades familiares dentro da Rebio, mas relatava o oposto para as instâncias superiores e por vezes chegava a recomendar para os quilombolas que se escondessem nas matas e apagassem seus vestígios quando as expedições de fiscalização chegassem. Esse fato, é outro relato presente no relatório antropológico, que demonstra a opressão e discriminação histórica os negros do Trombetas que já vivenciaram.

Em 1979, chegou o IBDF. Quando eles chegaram aqui, a gente morava aí, o pai dela. Quando o chefe vinha pra cá, acho que ver a área, se realmente não tinha ninguém morando, eles chegavam aqui na casa e diziam: “Olha, amanhã vai entrar um pessoal aqui, os donos da terra. Quando vocês verem o barulho da lancha, alaguem a canoa de vocês, apaguem o fogo de vocês e corram pro mato, se escondam, porque vai entrar um pessoal aqui.” A gente besta, quando via na boca: vum, vum, aí ia lá, alagava canoa, apagava fogo e ficava escondido lá no mato. Por que eles faziam isso? Porque eles foram dizer lá pro governo que aqui não morava ninguém. Depois que nós fomos descobrir. Por isso que ele vinha na frente, mandava a gente se esconder, apagar fogo, alagar canoa, pra quando o pessoal viesse aqui ver, não tinha ninguém: “É verdade o que o B. disse lá em Brasília, que não tem ninguém! Uma área de reserva, sem povo, sem gente, sem ter ninguém.” Aí, depois, nós fomos sabendo. Ele cansou de chegar aqui em casa. Em lugar por aí, panela ele tomava, tracajá, paca da panela; estava

cozinhando, ele chegava, pegava e jogava a comida pro mato. Deixava muita gente sem comer. Ele cansou de fazer isso aqui, nesse rio grande, por aí. E o pessoal ficava sem comer. Ele fazia isso. Ele era muito ruim (Entrevista com Raimundo Dias Barbosa, out./2012 apud Ecodimensão, 2014, p. 68).

Conforme Acevedo e Castro (1998, p. 232), “o *cercamento* de terras e águas inaugura uma impossibilidade. A rigidez de normas e de policiamento da Reserva Biológica é representada por eles como um novo cativo”. Assim, esse cercamento e imposição de limites, exclui os grupos negros e os induz a uma situação precária e de miséria.

A implantação da reserva, desde o início foi marcada por intensos conflitos, arbitrariedades e violência desproporcional contra os quilombolas. Eram constantes os abusos de poder e truculência contra os negros pelos agentes ambientais, sobretudo do IBDF, que não praticavam somente violências simbólicas, mas agressões físicas e até mesmo foram responsáveis por levar um membro de uma família quilombola a óbito (Ecodimensão, 2014). A luta pela titulação, pelo direito de permanecer em terras que tradicionalmente ocupam continua tão viva quanto antes, como observamos nas falas, expressões e no esforço de garantir que os desfechos e conflitos históricos não se repitam

Contudo, as políticas ambientais têm sua consolidação através da implantação de várias Unidades de Conservação na Amazônia, ao final no regime militar, nas décadas 1970 e 1980. E é nesse cenário que é criada a Rebio Trombetas, uma medida administrativa que estabeleceu limites e criou cercas em terras que já eram tradicionalmente ocupadas por várias comunidades quilombolas.

O direito à titulação de territórios ocupadas por comunidades quilombolas só foi estabelecido anos depois, por meio do Artigo nº 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) da Constituição Federal de 1988, que concedeu aos remanescentes de comunidades quilombolas o direito de terem suas terras reconhecidas e definitivamente tituladas, cabendo ao Estado o dever de emitir seus respectivos títulos.

Segundo Brasileiro e Sampaio (2002), no mesmo ano da promulgação do art. 68 do ADCT, foi criada a Fundação Cultural Palmares, subordinada ao Ministério da Cultura, com a finalidade de “promover preservação dos valores culturais, sociais e econômicos decorrentes da influência negra no processo constitutivo da sociedade brasileira” (p. 86). A CF de 1988 e posteriores políticas de ações afirmativas surgem com a proposta de reparar de alguma maneira, os danos causados por todo o período de vigência da escravidão no Brasil, tornando-se um marco histórico nos direitos das comunidades quilombolas.

Mesmo com o direito à titulação reconhecido, em 1989 um ano após a CF, outra unidade de conservação é implantada abrangendo novamente parte do território quilombola, causando uma dupla afetação. Trata-se da Floresta Nacional Saracá-Taquera, criada sob o governo de José Sarney, pelo Decreto nº 98.704, diferentemente da Rebio que é uma unidade de proteção integral, a Flona (unidade de uso sustentável) admite a presença humana e a utilização dos recursos no interior da unidade. Segundo Braga (2012):

Na busca de uma solução conciliatória, as unidades de conservação foram classificadas em duas categorias: de proteção integral e de uso sustentável. A primeira reflete o posicionamento dos preservacionistas ao permitir somente o uso indireto dos recursos naturais encontrados no interior da unidade. As unidades de conservação de uso sustentável admitem a exploração direta dos recursos naturais e a presença humana no interior da área, desde que sob o controle do Poder Público e com a observância de limitações. A categoria de uso sustentável busca compatibilizar o equilíbrio da natureza e a proteção da biodiversidade com a utilização sustentável dos recursos.

Embora a Flona admita a exploração de recursos, o questionamento que é feito é se as atividades de exploração minerária são compatíveis com a finalidade de “uso sustentável” que a unidade propõe. Isto porque, a MRN continuou com suas atividades e de alguma forma a Flona acabou se tornando um mecanismo que contribuiu também para proteger as áreas de em que a MRN executa exploração de bauxita. De acordo com Emmanuel Júnior (2010, p. 116):

É nesse contexto que se insere a FLONA Saracá-Taquera e a REBIO do Rio Trombetas. Tal iniciativa dificulta o processo de *regularização fundiária* de reconhecimento e demarcação do território quilombola. Os conflitos gerados a partir daí são de duas ordens: o lugar de morar, e o de trabalhar, compreendo o trabalho, como todo esforço empreendido pelo homem na aquisição necessária para as suas necessidades, então, seja a extração ou a coleta, a pesca ou mesmo o trabalho na roça.

Tanto a Flona como a Rebio foram criadas antes da Lei nº 9.985/2000 que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), dentre várias coisas a lei obriga a realização de estudos técnicos e audiências públicas junto às populações locais e outros interessados antes da implantação de uma UC. Além disso, esses processos ocorreram também antes da promulgação da Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho por meio do Decreto nº 5.051/2004, um instrumento importante que garante aos povos indígenas, tribais e quilombolas o direito à consulta prévia, livre e informada antes da efetivação de qualquer medida administrativa que visa os afetar diretamente. Embora a criação de unidades de conservação seja uma importante estratégia para assegurar a preservação e proteção dos

recursos naturais e da biodiversidade, o que se questiona é a forma como foram implantadas, tornando os conflitos entre comunidades e órgãos gestores inevitáveis.

Figura 2: Mapa dos Territórios Quilombolas e Unidades de Conservação.



Fonte: Comissão Pró-Índio de São Paulo – CPI-SP (2016)⁶.

Essa forma violenta como as unidades de conservação foram consolidadas gerou muitos conflitos e insatisfações para as comunidades quilombolas afetadas. Especialmente a criação da Flona, implantada após a CF de 1988, ignorando completamente o Art. 68 do ADCT, foi percebida como grande sinal de *desconsideração*. Oliveira (2011), trata a desconsideração ou os atos de *desconsideração* como um *insulto moral*, caracterizado pelas atitudes que agridem direitos legais e de natureza ético-moral.

É nesse contexto que é empregado o tema, o não reconhecimento da ocupação quilombola ao implantar a Flona, pode ser interpretada também como um insulto moral às populações que lá já estavam. As UCs, além de dificultarem a titulação do território, impossibilitaram o acesso às áreas e conseqüentemente a utilização dos recursos, como a coleta de castanha, extração de copaíba, andiroba, caça, pesca, dentre outros – no caso da Rebio. E

⁶ Informação disponível em: <http://comissaoproindio.blogspot.com/2016/02/apesar-da-decisao-judicial-incra-e.html>. Acesso em: 05 mar. 2019.

que só através da “clandestinidade” é que conseguem obter tais recursos, criando uma situação de desobediência civil, frente à coibição dos órgãos gestores. Emmanuel Júnior (2010, p. 120), acerca deste ponto afirma que:

Nesse sentido, a busca da sobrevivência passou a ser ilegal, com punição prevista e, lei e ainda perdas financeiras e patrimoniais, como a apreensão de motores de rabeta, malhadeiras, canoas, etc. Eles utilizam a área mesmo correndo o risco de serem autuados pelos fiscais do Ibama, segundo eles, alegam que do lado da comunidade de Moura não tem grandes castanhais e nem lugar onde tirar a palha de ubim, a qual cobrem suas casas, sendo preciso recorrer à área da reserva.

Nesse sentido, por muitos anos, as comunidades quilombolas foram brutalmente perseguidas de um lado e de outro, sem visualizarem qualquer perspectiva concreta de titulação de seus territórios. A implantação de unidades de conversação “em cima dos territórios quilombolas⁷” ou outras diversas formas de ocupação humana hoje é uma realidade no Brasil, que exige medidas que conciliem os interesses sociais e ambientais dos envolvidos.

A luta pela terra já vem de longe. As áreas ocupadas pelas comunidades ribeirinhas foram atingidas diretamente pelas políticas desenvolvimentistas implementadas pelo governo brasileiro durante a ditadura militar, nas décadas de 1970 e 1980. Isso provocou um forte impacto sobre as comunidades, em particular as remanescentes de quilombos no rio Trombetas, tanto pela chegada dos grandes projetos de mineração (extração de bauxita) quanto pela criação de áreas de proteção ambiental – reserva biológica do Trombetas e a floresta nacional Saraca-Taquera. (FUNES, 2009, p. 67).

Em função de todos esses conflitos e respaldados pelos direitos reconhecidos, foi que as comunidades quilombolas do Território Alto Trombetas II entraram com o pedido de titulação de seus territórios em 2004, por meio da Associação dos Remanescentes de Quilombo do Município de Oriximiná (ARQMO) junto ao Incra.

A Associação começa a partir de sua criação a lutar pelas demarcações de terra prevista pelo artigo 68 da Constituição Federal. Com o apoio das diversas instituições citadas acima, as comunidades promoveram ações políticas de luta, como Atos Públicos, a participação em audiências públicas sobre os projetos mineradores na região e a autodemarcação das terras por meio de placas identificando os limites territoriais desejados ao longo do rio Trombetas. (WANDERLEY, 2006, p. 9).

O processo de titulação de territórios quilombolas possui normalmente seis fases, que consistem em:

⁷ Essa é uma perspectiva bastante enfatizada pelos quilombolas, segundo eles tanto se fala em sobreposição, mas a única sobreposição que há é das unidades de conservação sob os territórios quilombolas.

Tabela 1: Etapas do processo de titulação

ETAPAS DO PROCESSO DE TITULAÇÃO DE TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS	
1. Autodefinição Quilombola	Para regularizar seu território, o grupo deve apresentar ao Incra a Certidão de Autorreconhecimento emitida de FCP.
2. Elaboração do RTID	O RTID tem como objetivo identificar os limites das terras das comunidades remanescentes de quilombo, por meio de levantamentos de informações cartográficas, fundiárias, socioeconômicas, históricas, antropológicas e etc.
3. Publicação do RTID	Após a publicação e notificação dos órgãos, é estabelecido o prazo de 90 dias para contestação do RTID.
4. Portaria de Reconhecimento	A fase de identificação do território é encerrada com a publicação no Diário Oficial da União e dos estados.
5. Decreto de Desapropriação	Nos casos em que há imóveis privados (títulos e posses) incidentes no território. A desapropriação é feita por meio de Decreto Presidencial.
6. Titulação	A titulação é realizada mediante a outorga de título coletivo em nome da associação.

Fonte: Incra (2018)⁸.

Na experiência que está em curso em Trombetas, temos um processo complexo, longo e confuso que ficou parado por anos com a justificativa de que os órgãos “não tinham equipe técnica” para realizar os procedimentos, arrastando o conflito e deixando os quilombolas mais uma vez, sem qualquer perspectiva de titulação.

⁸ Informação disponível em: http://www.incra.gov.br/passo_a_passo_quilombolas. Acesso em: 05 mar. 2019.

O processo foi aberto em 2004, mas somente em 2008 com a abertura de uma Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal (CAAF) pela Advocacia-Geral da União (AGU) é que foram iniciadas as tratativas para tentar resolver o impasse da dupla afetação das unidades de conversação sob o território quilombola. Com a finalidade de conciliar sob a área. Contudo, as ações nesta câmara foram encerradas em 2015 sem qualquer possibilidade de resolução. Porém em fevereiro deste mesmo ano o juiz federal Érico Rodrigo, da Justiça Federal de Santarém, publica uma sentença motivada pela ação civil pública nº 0004405-91.2013.4.01.3902 que obrigou a União, Incra, ICMBio a concluírem as negociações, publicarem os estudos para avançar no processo de titulação no prazo de até dois anos. O MPF/PA em resposta ao recurso da União, defendeu a manutenção da sentença e enviou o pedido ao Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF-1), em Brasília.

Em meio às tratativas e de forma tardia, a Fundação Cultural Palmares concede a certidão às comunidades quilombolas em 2013 e durante esse período também ocorre a elaboração das peças técnicas do RTID (2012 a 2016), como relatório antropológico, relatório agroambiental, cadastro quilombola entre outros.

A publicação do RTID ocorreu em fevereiro de 2017, dando início a uma nova fase nas negociações, enfatizo que essa movimentação toda dos órgãos aconteceu em função da sentença que os obrigou a concluírem os trabalhos. Essa nova fase no processo, demandou constantes reuniões com a finalidade de estabelecer um consenso entre as comunidades quilombolas e ICMBio, gerou também a necessidade de um convívio entre os atores jamais visto antes. Exigiu também a capacidade de negociar e desenvolver um diálogo que contribua para possíveis soluções do conflito.

O desenvolvimento dessas habilidades comunicativas e performáticas impõe também que os envolvidos saiam das suas zonas de conforto. Ceder para algum elemento presente no processo é inevitável, isto porque, os quilombolas inicialmente queriam a titulação do território sob qualquer custo, como já foi dito a titulação pressupõe a desafetação das UCs, mas o ICMBio sob hipótese alguma queria abrir mão das unidades. Se transformando em um intenso “cabo de guerra”, mas depois de muitas reuniões e o desenvolvimento de muitos “diálogos”, os quilombolas passaram a compreender a inviabilidade da titulação definitiva neste momento, aceitando as alternativas temporárias. E o ICMBio, que inicialmente era bastante resistente à publicação da portaria que reconhecia todo território, cedeu à pressão dos quilombolas.

Depois de uma série de reuniões entre comunidades e governo, algumas com a finalidade de informar e outras para deliberar sobre as propostas de acordo, é que finalmente

houve consenso e a Portaria de Reconhecimento foi publicada no dia 17 de julho de 2018. Reconhecendo e delimitando como Território Quilombola Alto Trombetas 2 uma área com o total de 189.657,8147 ha (cento e oitenta e nove mil, seiscentos e cinquenta e sete hectares, oitenta e um ares e quarenta e sete centiares). Os limites do território, segundo documento publicado, se situam ao norte com a Reserva Biológica do Rio Trombetas; ao sul com a Floresta Nacional de Saracá-Taquera; ao leste com Território Quilombola do Boa Vista, Distrito de Porto Trombetas (MRN), Rio Trombetas, Floresta Nacional de Saracá-Taquera, Reserva Biológica do Rio Trombetas, Lagoa do Caruara; a oeste com Rio Trombetas, Território Quilombola Alto Trombetas 1, Lago do Erepecu, Igarapé do Estreito, Lagoa Redonda, Reserva Biológica do Rio Trombetas e Floresta Nacional de Saracá-Taquera⁹.

A regularização fundiária nesse momento se dará por meio de Contrato de Concessão de Direito Real de Uso (CCDRU) para a área da Flona a ser emitido pelo ICMBio, com a intervenção do Incra e Palmares. O CCDRU foi uma estratégia encontrada para solucionar temporariamente o conflito dentro do território e é um instrumento legal previsto no artigo 1.225, XII do Código Civil e criado e disciplinado pelo Decreto-Lei nº 271, de 28 de fevereiro de 1967, que regulariza o uso da terra e o direito à moradia de acordo com o plano de uso a ser elaborado de forma conjunta entre os interessados. No entanto, assim como todo contrato, este também terá um limite de tempo a ser definido, e mesmo durante a sua vigência, as tratativas dos quilombolas com os órgãos visando à titulação não serão encerradas, principalmente porque este instrumento não contempla a área da Rebio. Por ser uma UC de Proteção Integral, ela ainda precisará passar por estudos e novas discussões, cogitando-se, inclusive, a sugestão de recategorização da reserva como uma das possibilidades a serem amadurecidas de agora em diante.

É necessário enfatizar a importância das áreas protegidas para proteção e preservação dos recursos naturais, ao mesmo tempo é preciso reconhecer que essas áreas também são essenciais para garantir os meios de subsistência, cultura e moradia das comunidades quilombolas. Instaura-se então a necessidade de compreender que esse processo precisa de flexibilização da gestão das UCs relacionado aos diversos usos que as comunidades fazem do território.

Para que as comunidades quilombolas recebessem a titulação definitiva do território expedida pelo Incra, as UCs precisariam ser desafetadas e isso não seria um processo simples.

⁹ Portaria de Reconhecimento nº1.172, 17 de julho de 2018. Disponível em: http://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/32570922/do1-2018-07-19-portaria-n-1-172-de-17-de-julho-de-2018-32570911

A desafetação de uma UC só se dá por meio de Projeto de Lei, sancionado pelo Presidente da República, ou seja, a extinção, redução ou recategorização de uma UC provavelmente ficaria tramitando durante anos. E mesmo que houvesse a desafetação, na atual conjuntura existe uma grande possibilidade do território não ser repassado para os quilombolas, mas entregue para atender os interesses de diversos setores econômicos, como mineradoras, hidrelétricas, madeireiras e etc.

Prova disto são as primeiras medidas provisórias assinadas no início deste ano pelo Presidente da República, que extinguiu o Ministério da Cultura e retirou, por exemplo, da responsabilidade da Fundação Nacional do Índio (Funai) o processo de identificação, delimitação e demarcação das terras indígenas no país, transferindo para os ruralistas (adversários históricos dos interesses indígenas), que serão responsáveis por este processo por meio do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa). Essa mesma MP alterou também a política de identificação e demarcação de territórios quilombolas, que até então era responsabilidade do Incra, assim como as atividades de concessões florestais, realizada pelo SFB (antes da medida através do MMA), ambas agora transferidas para o Mapa.

Embora os próximos passos das negociações em Trombetas entre as comunidades quilombolas e o governo preveja uma extensa agenda de trabalho que inclui ações como: arrecadação das terras da Flona¹⁰; elaboração das cláusulas do CCDRU com termos acordados entre ICMBio e ACRAQAT até que o título possa ser emitido definitivamente; revisão do Plano de Manejo da Flona e as soluções para a porção do território sobreposto pelo Rebio, o cenário, em função de todas essas (MPs) tomadas, tornou-se ainda mais imprevisível porque são medidas que podem afetar diretamente, inclusive alterando, os rumos do processo.

¹⁰ Outro fator que complica ainda mais o conflito. Uma porção da área da Flona são terras devolutas, ou seja, terras públicas sem destinação pelo Poder Público. E para que o CCDRU possa ser emitido há ainda a necessidade de arrecadação das terras pelo ICMBio.

3. INSTITUINDO O DIÁLOGO

Uma característica marcante das organizações sociais e políticas, como sindicatos e associações pode ser expressa por meio das reuniões, nelas são discutidas e deliberadas diversas ações e diversas pautas. “O termo reunião, tal como costuma ser usado no universo pesquisado, refere-se a um tipo de encontro convocado por alguma organização formalmente definida – Sindicato, Associação, Movimento (...)”. (COMERFORD, p. 47, 1999).

Reúne-se um grupo de pessoas, que podem ser diretores, lideranças, participantes de “base” e até mesmo convidados, em torno de um objetivo (pauta), previamente definido geralmente por meio de uma convocação entregue a cada membro ou quando se trata de reuniões abertas, divulgadas publicamente, onde a finalidade é discutir e chegar a uma conclusão ou encaminhamentos. Segundo Comerford (1999, p. 47):

(...) A reunião deve necessariamente ter discussões e chegar a algum tipo de conclusão (propostas, decisões ou conclusões). Faz-se uso tanto da palavra falada (em várias modalidades, desde discursos formais até cantos, orações e piadas) como da escrita, e costuma haver utilização e produção de documentos (documentos para discussão, atas, relatórios).

No contexto pesquisado, as reuniões assumiram um papel fundamental desde a instauração do processo de negociação com o governo, tornaram-se uma rotina na vida dos moradores, especialmente para os membros do ACRQAT que são responsáveis por grande parcela da articulação para que elas aconteçam.

As reuniões aqui abordadas, são geralmente definidas em reuniões anteriores, acordadas entre as lideranças da associação e os demais órgãos. Considerando a distância entre as comunidades, que pode durar de 2 horas de *rabeta* até 4 horas de barco, os dirigentes na maioria das vezes promovem duas ou mais reuniões no território com a mesma pauta, só mudando a comunidade em que será realizada para garantir a maior participação de todos. E mais do que participar, a associação sempre preza por garantir que todos possam falar abertamente, expor seus dilemas e externar suas dúvidas, opiniões e propostas. É um dos poucos espaços em que estão “face a face” com os representantes do governo e por isso deve ser aproveitado.

As falas, dúvidas, propostas e encaminhamentos em sua maioria são registrados em vídeo, atas e memórias da reunião, sendo que algumas delas eu quem fui responsável pela elaboração. É um documento muito importante para os participantes, que pode ser perfeitamente reaproveitado em outros contextos e reuniões. Vale ressaltar o caráter obrigatório dessas reuniões, tornadas possíveis apenas depois da sentença judicial que obrigou ICMBio,

Inkra e MMA a darem continuidade ao processo. Dito de outro modo, se não fosse tal sentença, o processo provavelmente ainda estaria parado. Nesse sentido, a proposta aqui é mostrar que muito mais que um simples instrumento de discussão e tomada de decisões, as reuniões da ACRQAT são espaços privilegiados para a elaboração de estratégias (reuniões de alinhamento) e para a construção de diálogos (reuniões formais), na medida em que se tornam cruciais para garantir a fluidez do processo.

Discursos, falas, gestos e diálogos são ferramentas necessárias para possibilitar o avanço das negociações. E nas reuniões elas aparecem frequentemente, e foi o que me permitiu perceber que a reunião não é somente um simples espaço de deliberações, é o lugar onde as estratégias são colocadas em ação, com múltiplas expectativas, desdobramentos e onde ocorre um intenso jogo de poder e convencimento. Mas essa lógica de negociação, aparentemente era mais comum para o governo do que para as comunidades quilombolas, e isto me fez questionar: quais habilidades comunicativas, expressivas e/ou representativas os quilombolas utilizam para defender e negociar seus direitos?

Para responder essa questão foi realizada uma observação bem detalhada de várias reuniões, classifiquei-as em dois tipos: reuniões de alinhamento, são reuniões da diretoria da associação que basicamente tem a finalidade de “alinhar” os discursos e prepará-los para a reunião “oficial”, e as reuniões formais com a presença dos representantes e das comunidades, onde ocorre o processo de negociação propriamente dito. As observações pressupõem também a busca de um “estranhamento¹¹” quanto aos procedimentos adotados que ao meu ver eram familiares e foram feitas de forma sistemática junto às reuniões da ACRQAT internas e com o governo. Para Comerford (1999, p. 12):

Essa opção por aquilo que, de certos pontos de vista, pode aparecer como “menor” – ou seja, a opção por centrar a atenção em aspectos do cotidiano ou, dentro dos contextos que se destacam do cotidiano, naqueles aspectos que são ao mesmo tempo mais naturalizados e menos evidentes – não deixa de ser uma aplicação do mote antropológico de “estranhamento do familiar”, o outro lado da moeda da “familiarização do exótico”. Isso porque nesse caso o universo pesquisado faz parte da própria sociedade do pesquisador, e muitas das práticas e representações observadas nesse registro “menor” tendem a parecer auto-evidentes e familiares para o próprio pesquisador.

¹¹ Mariza Peirano afirma que o processo de descoberta antropológica, “é um exercício de estranhamento existencial e teórico que passa por vivências múltiplas e pelo pressuposto da universalidade da experiência humana, onde o antropólogo aprende a reconhecer, de início, longe de casa”. Resulta do diálogo entre teoria acumulada e observação etnográfica, que traz novos desafios para ser entendida e interpretada. Ver (PEIRANO, 1995, p. 44-45).

3.1 Reuniões de Alinhamento

As reuniões, nomeadas pelas lideranças das comunidades e da ACRQAT como “reuniões de alinhamento”, antecedem as reuniões formais com órgãos federais e outras instituições, nelas são definidas as estratégias e discursos que serão utilizados nas reuniões oficiais. É um ensaio sobre as discussões que eles provocarão e de outras situações que podem ocorrer, servem para que eles se alinhem politicamente, afinem suas falas e resolvam também, conflitos internos por meio de balanços da atuação dos diretores.

Sobre essa associação, a própria informa que:

A ACRQAT foi fundada em 28 de novembro de 2011 com a missão de organizar coletivamente as comunidades Curuçá, Jamari, Juquiri Grande, Juquirizinho Moura, Nova Esperança, Palhal e Último Quilombo e de representar seus interesses dentro e fora do Território Quilombola Alto Trombetas II. Atualmente, a ACRQAT tem oito diretores e oito vice-diretores, além de 15 conselheiros eleitos a cada dois anos. (ACRQAT, 2018, p. 12).

Cada comunidade possui um diretor dentro da associação e este fica encarregado de informar sua comunidade sobre as atividades, ações e todo o planejamento da ACRQAT e de pautar para os demais diretores a realidade e necessidades que sua comunidade vivencia. Esse formato é para garantir que todas as comunidades estejam representadas e possam contribuir nas deliberações por meio de seu interlocutor.

Destaco neste ponto, uma das ações bastante importantes e significativas da associação, que foi a elaboração e publicação do Protocolo de Consulta e Consentimento do Alto Trombetas II em 2018, como uma forma de evitar as decisões unilaterais e desrespeitosas que historicamente os quilombolas vivenciam. Nesta cartilha as comunidades exigem “o direito de refletir sobre o assunto e decidir as mudanças que querem adotar”, querem acima de tudo, que suas escolhas sejam respeitadas.

Nas reuniões de alinhamento a participação de cada representante é fundamental, principalmente para que todos possam compreender minimamente o que está em jogo neste processo e para que possam se organizar coletivamente para defender seus interesses na reunião oficial. Nessas reuniões, tudo é definido desde a ordem das falas de cada liderança, até o conteúdo de cada fala, além da abertura, pauta ou programação entre outros. Comerford (1999, p. 52), ao explicar a finalidade da pauta numa reunião, diz que:

A sequência dos procedimentos ao longo do tempo bem como das questões a serem discutidas é definida pela pauta, que em geral é montada antes do início da reunião, sendo submetida às vezes à aprovação dos participantes logo no início da reunião. A pauta tem um duplo aspecto: ela define a ordem e a duração dos procedimentos (programação) – algo especialmente importante quando se trata de uma reunião longa, com um dia ou mais de duração – e define quais as questões que podem e devem ser discutidas; desse modo, ela orienta tanto a forma quanto o conteúdo da reunião.

As lideranças definem quem vai confrontar cada órgão, direcionar as falas para pessoas específicas, ou como os quilombolas expressam, “quem vai bater” no ICMBio, MMA, Incra, ou seja, contestar os pontos que lhes causam incômodo. Sobre essa definição/indicação/auto-indicação de quem vai falar durante a reunião, a habilidade exigida não é necessariamente “falar bem” ou “falar bonito”, mas que tenha, no mínimo segurança na sua fala para que consiga montar uma linha de argumento de forma clara e objetiva, fazendo uma intervenção bem-sucedida.

As reuniões de alinhamento não são tão longas quanto as reuniões com o governo, os diretores costumam ser bastante objetivos na elaboração de suas estratégias, falas e às vezes sobre tempo para conversar sobre outras pautas que surgirem. O ritual, em termo gerais, consiste primeiramente numa convocação prévia de todos os membros associação, e trata-se de uma convocação que exige tempo e esforço da coordenação porque como não há cobertura de rede para celulares, nem outro meio de comunicação, é necessário ir pessoalmente a cada uma das oito comunidades, assim os moradores são informados sobre a reunião geral de todo o território e os membros da associação convocados para a reunião estratégica da coordenação.

Eles se reúnem portanto, numa das comunidades escolhida pela maioria e o líder da comunidade definida fica encarregado de receber os outros membros e de garantir (mesmo que não seja uma obrigação¹²) um lanche e até mesmo o almoço, porque mesmo que a reunião não se prolongue, o líder faz questão de oferecer um almoço para os visitantes, e esse é um dos momentos menos informais de todo o contexto complexo que vivem, é a hora que podem conversar sobre qualquer outro assunto, colocar as novidades em dia, contar piadas, tirar brincadeiras uns com os outros, em outras palavras, descontrair. Devido à distância e os gastos para o deslocamento, é possível dizer também que as reuniões promovem reencontros, de parentes e amigos que não se viam há dias ou meses, por isso comum presenciar nas boas-vindas, abraços seguidos de “faz tempo que não te vejo”. E depois da recepção, o líder da

¹² Trata-se de uma atitude que podemos entender perfeitamente por meio da tríade “dar-receber-retribuir” de Marcel Mauss, o ato de oferecer um almoço para os visitantes não é uma regra estabelecida para que haja a reunião. Mas é uma atitude simbólica que todo anfitrião faz questão de oferecer.

comunidade acompanha os demais membros para o local onde acontecerá a reunião, geralmente no salão de eventos da comunidade.

É interessante observar a organização espacial dos participantes em cada reunião. Aqui o arranjo das cadeiras ou bancos é diferente das reuniões formais como descreverei no tópico na sequência, os participantes sentam-se em círculo, a reunião tem um caráter informal, onde a dinâmica e o formato acaba possibilitando perceber esse momento também como uma roda de conversa. Embora seja o coordenador quem geralmente conduza a reunião e ainda que cada um possua uma função específica dentro da associação, a simbologia por traz da disposição das cadeiras permite em tese promover maior *visibilidade/audibilidade*¹³ a todos os membros, que de acordo com os princípios democráticos e igualitários, todos podem e devem falar. Após essa organização e a tolerância dada para a espera de algum membro que ainda não esteja presente, a reunião é iniciada.

O coordenador então, explica a finalidade da reunião e a importância dela para que eles se preparem e estejam organizados. Nesse primeiro momento também, é dado um tempo para os informes, na maioria das vezes são coisas gerais, onde os membros compartilham com os demais as atividades, ações e eventos que aconteceram e vão acontecer nas comunidades e também verificam se a logística para a reunião do dia seguinte já está toda certa ou se tem algo pendente para que possam distribuir as tarefas.

Em dezembro de 2017, foi o período que iniciou uma série de reuniões no território para que os interessados pudessem entrar em um acordo sobre o processo de titulação e sobreposição territorial. Acompanhei a reunião de alinhamento ou como denominaram a “preparatória para a reunião com o MMA” do dia 12 de dezembro de 2017, que aconteceu na comunidade do Palhal, essa reunião, segundo a associação, tinha o objetivo de prepará-los para as discussões das reuniões informativas que aconteceriam nos dias 13 e 14 de dezembro, entre outras coisas, era o momento em que iriam “montar o roteiro” e “ensaiar” os papéis que seriam, em algum grau, performatizados nos dias seguintes. Farei um relato da reunião porque considero importante para compreender o processo, e principalmente como ocorre a organização e as perspectivas que os quilombolas têm em torno das diversas pautas que estão inseridos.

Nesta reunião, além da presença dos representantes das comunidades do Moura, Curuçá, Jamari, Juquiri e Último Quilombo, estavam também e a convite da associação alguns parceiros

¹³ Comerford (1999, p. 52), ao descrever o arranjo espacial dos participantes em uma das reuniões que acompanhou, traz a tese de “visibilidade/audibilidade” que o formato circular de uma reunião pode promover. Diferente do formato de uma reunião com o espaço hierarquizado, onde é há um distanciamento dos participantes, e o destaque é dado aos coordenadores, dirigentes e outros convidados.

que contribuem nas discussões e propostas do processo, como a Professora Luciana Carvalho, coordenadora do Pepca-Ufopa, Pró-Reitor da UFF em Oriximiná e um representante da Equipe de Conservação da Amazônia (Ecam). Além da pauta da titulação/sobreposição e das alternativas que o ICMBio iria propor, houve a discussão também do Termo de Compromisso da Castanha; do conteúdo da cartilha elaborada pelo ICMBio (material solicitado pela associação para que pudessem melhor compreender as peças técnicas do processo) e também pautaram um conflito interno que envolvia alguns membros da associação.

João¹⁴, um coordenador, iniciou a reunião dando informes sobre a logística (articulação, alimentação e etc) das reuniões seguintes. Pedro, também coordenador, passou informes sobre os convites para a reunião com o MMA e falou sobre a reivindicação feita pelo ICMBio cobrando o logotipo do órgão nos convites, nessa conversa aproveitou para questionar o conteúdo da cartilha, na qual ICMBio teria dito que o responsável pela elaboração foi o Ecam, informação contestada depois pelo representante, onde justificou que não foram os responsáveis pela elaboração da cartilha, a contribuição da organização foi somente na impressão do material.

O conteúdo da cartilha foi ponto de pauta porque trazia tópicos que causaram bastante incômodo para os quilombolas. Dentre os quais estavam conceitos como: “o que é quilombo?”, “o que é comunidade quilombola?”, para os diretores, não cabe ao ICMBio e nem a qualquer outro órgão definir “quem é quilombola ou não”, eles não precisam de interlocutores para falar a respeito de suas identidades, se querem saber o que é quilombo ou como é o “ser quilombola”, que seja a partir das perspectivas deles mesmos. Acredito que isto tenha relação também com um tema bastante em voga dentro dos movimentos sociais atualmente, que é sobre o “lugar de fala¹⁵”, apesar de ser óbvio, vale ressaltar que o ICMBio ou qualquer outro órgão jamais falarão sobre “o que é quilombo/ser quilombola” da mesma forma que os próprios quilombolas, pois quem melhor pode falar sobre isso é quem conhece e vivencia.

Trazendo esse debate para o campo da antropologia, podemos compreender esse episódio a partir da necessidade de uma sensibilidade instaurada como método etnográfico nas pesquisas de campo que tem a finalidade de entender “o ponto de vista do nativo”. Geertz (1997, p.86) faz essa discussão e questiona: “como é possível que antropólogos cheguem a conhecer a maneira como um nativo pensa, sente e percebe o mundo?”. Para o autor, essa questão, muito

¹⁴ Nome fictício, assim como os demais.

¹⁵ Atualmente tem se falado muito sobre, e com diversas interpretações, a filósofa e professora Márcia Tiburi, escreveu um artigo que trata dessa discussão e diferencia também “lugar de fala” de “lugar de dor”. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/lugar-de-fala-e-etico-politica-da-luta/>.

mais que ética, é epistemológica porque ao invés do antropólogo tentar ver o mundo com “os olhos do nativo” ele deve procurar entender os sentidos por trás das ações e das representações que os nativos têm do mundo. Esta compreensão demanda uma habilidade de analisar os sistemas simbólicos e modos de expressão do indivíduo/grupo, e a aceitação do grupo ajuda para o desenvolvimento de tal habilidade.

Em seguida, João também informou que o ICMBio não aceitou a proposta de pauta: “sobreposição do ICMBio sobre os quilombolas”, e a resistência a esse tema também estava demarcada na cartilha onde o órgão trata da sobreposição e diz que, “os territórios quilombolas (TQs) Alto Trombetas I e II *se sobrepõem* integralmente às unidades de conservação”. Para os quilombolas, a forma como o ICMBio fala da sobreposição é bastante desrespeitosa e inaceitável, numa linguagem mais popular eu diria que é um verdadeiro “soco no estômago”. Eles sempre enfatizam “é a unidade de conservação que está em cima de nós; nós já estávamos aqui quando eles chegaram”. Esclarecem também que não são contrários a implantação de UCs, mas sim à metodologia utilizada para a criação, que muitas vezes desconsidera e ignora completamente as populações que lá vivem. Em algumas falas, os representantes do ICMBio tentam fazer “mea culpa”, justificando que reconhecem os erros históricos da implantação de algumas UCs e que atualmente o órgão tem trabalhado também no sentido de reparar esses erros. Mas ainda assim, continuam tratando o conflito como uma espécie de “sobreposição recíproca”, como se tivessem dado alguma alternativa para os quilombolas, o que não ocorreu.

Figura 3: Tópico da sobreposição

SOBREPOSIÇÃO DE INTERESSES

Os Territórios Quilombolas (TQ) Alto Trombetas I e II se sobrepõem integralmente às unidades de conservação:

	TQ Alto Trombetas I (161.719 ha)	TQ Alto Trombetas 2 (189.657 ha)
REBIO	103.781 ha	95.857 ha
FLONA	57.938 ha	93.800 ha

Fonte: Material informativo, ICMBio (2017)

Outro ponto de pauta foi o Termo de Compromisso da Castanha, mais um imbróglio neste processo. Este documento tem a finalidade de regulamentar a coleta e o transporte da castanha dentro da Rebio no período da safra que ocorre de janeiro a maio. A partir de 2003 e com as prerrogativas da Lei Snuc, o ICMBio começou a fazer o cadastro das populações tradicionais da Rebio e do entorno, aptas a realizar a coleta da castanha, resultando em um Termo de Compromisso publicado em 2011¹⁶, entre as associações quilombolas do interior da Rebio, associações de fora, como a Associação de Extrativistas Tradicionais do Município de Oriximiná (AETMO) e ICMBio.

O problema está nesse acordo com a AETMO, segundo os quilombolas, os coletores desta associação além de não serem do território, reúnem pessoas que não são nem quilombolas, nem “tradicionais”, instaurando um novo conflito com o ICMBio, que após a publicação do RTID, reconhecendo não só a presença, mas os diversos direitos que eles têm sob o território, entraram com o pedido junto ao órgão para que o termo de compromisso a partir do ano de 2018 fosse assinado somente pelas associações quilombolas respaldadas pelo RTID, excluindo a AETMO e qualquer outra associação que não fosse do interior da Rebio. E nesse período o pedido foi ignorado, com a justificativa do ICMBio de que “o RTID era apenas uma pretensão e que não lhes dava direito a nada”, e renovaram de forma unilateral o acordo com a AETMO para a safra de 2018.

Após essa discussão, Alice e João ficaram encarregados de provocar essa discussão na reunião com o MMA, e de “bater” na figura que falou em outro momento que eles não tinham direito de fazer tal exigência, aproveitando que as “autoridades” de Brasília estariam lá, assim como o Incra que seria questionado sobre a validade do RTID, e sabendo da probabilidade de o Incra legitimar o pedido deles, o ICMBio ficaria numa tremenda “saia justa”.

Houve a discussão também das propostas de acordo que o ICMBio faria, como o CDRU e Termo de Compromisso, e um colaborador se encarregou de questionar os órgãos sobre o porquê de alternativas como o CDRU estarem aparecendo somente agora, sendo que esse é um instrumento que está disponível desde 1967. Embora, a avaliação seja de que MMA, ICMBio e Incra só começaram a se movimentar buscando a resolução do conflito porque uma sentença judicial os obrigou a isso, a maior finalidade da pergunta seria a de causar constrangimento nos representantes mesmo.

¹⁶ Informações obtidas no documento sobre o I Seminário de Práticas Inovadoras da Gestão de Unidades de Conservação. Disponível em: ava.icmbio.gov.br/.../Rebio%20Trombetas%20Castanha%20-%20seminário2014.pdf. Acesso em 19, jan. 2019.

Ainda que a maior parte da reunião tenha sido concentrada nos pontos de pauta que seriam colocados em discussão na reunião com o MMA, houve também um tempo para fazer um balanço sobre atitudes tomadas por diretores de forma unilateral, sem a consulta e deliberação dos demais diretores, um fato que demonstrou que nem sempre o “alinhamento” acontece da maneira que a maioria quer, causando um pouco de conflito na unidade que se espera. Neste ponto, os diretores ressaltaram a importância de tomarem decisões de forma coletiva através da associação que foi criada com a finalidade de representar todo o território, qualquer atitude pensada de forma individual abre a possibilidade de fragilizar a associação e consequentemente o território, e o cenário agora, exige deles unidade para lutar pela consolidação de suas demandas.

Em seguida, fizeram uma pausa para o almoço e na parte da tarde definiram a programação e o roteiro da reunião com o MMA, que iniciaria com a apresentação dos participantes, seguido das falas do Incra, MMA e FCP, com a pauta “RTID, sobreposição e alternativas”.

3.2 Reuniões Formais

As reuniões formais, são marcadas pela capacidade que as lideranças têm de mobilização e conscientização, transformam-se em um evento de grande importância onde a maioria das famílias do território deixam um pouco de lado suas tarefas cotidianas para participar deste espaço. A formalidade é percebida, nas roupas que usam, não são todos, mas alguns se preocupam em colocar uma “roupa diferente” para se encontrar com as ‘autoridades’ do governo. Essa formalidade é percebida também, nos rituais que acontecem durante a reunião como na necessidade de apresentar cada membro da associação, embora todos se conheçam no território, apresentar as comunidades presentes, os representantes do governo, parceiros e em todo o “cenário” que é montado para que a reunião aconteça.

É montada no barracão da comunidade uma estrutura de som e gravação para fazer a cobertura da reunião que a associação solicita ao governo, no entanto, para não correr o risco de fazerem cortes ou edições no vídeo, a associação sempre nos demandou a tarefa de fazer os registros escritos, vídeo, voz e imagens. Destaco que alguns desses registros eles mesmos produziram, isto porque, em algumas reuniões a nossa equipe estava desfalcada, então eu não daria conta de escrever, fotografar e filmar, e como o registro da ata/memória era a minha

principal atividade, eu pedia ajuda para as crianças que estavam presentes. E partir daí, com essa equipe improvisada, conseguíamos fazer o registro alternativo de toda a reunião.

Diferentemente das reuniões de alinhamento ou de outro tipo de atividade que acontece no território em que os participantes se organizam de forma circular ou mais descontraídos, a organização espacial das pessoas no barracão durante as reuniões formais é bastante demarcada. Os bancos e cadeiras são organizados de forma enfileirada, as lideranças e os convidados geralmente sentam-se nas primeiras fileiras, mas não tão próximos, e os participantes “de base”, agrupam-se nas fileiras de trás, todos voltados para a frente do barracão. No entanto, não há nesses espaços a organização com uma mesa destacada, onde ficariam os dirigentes e “autoridades”, todos sentam-se no plenário e levantam-se para falar de acordo com a programação estabelecida em pauta, ou quando fazem alguma intervenção durante as discussões. Isto diminui o distanciamento entre os indivíduos.

A demarcação de espaço não é intencional, e o arranjo espacial não é com a finalidade de hierarquizar o cenário, ao contrário disto, todos tem a liberdade de sentar onde quiser. O que pode explicar a forma como se organizam é o fato de que os sujeitos que sentam nas fileiras da frente, são aqueles que geralmente fazem as intervenções nas reuniões, em grande parte os diretores da associação. Essa parcela de pessoas que fazem algum tipo de intervenção nas reuniões, frequentemente é a minoria, enquanto que os demais se limitam a apenas observar atentamente, são “ouvintes”, mas às vezes, alguns também fazem anotações.

O fato de serem sempre as mesmas pessoas que falam nestes espaços justifica-se por serem aqueles que normalmente estão mais “por dentro do assunto”, que possuem maior desenvoltura para falar em público e que possuem também algum atributo ou prestígio, que é o caso dos membros da associação. Como eles demonstram possuir essas habilidades, os participantes de base naturalmente se sentem representados e confiam a eles essa responsabilidade.

A coordenação da associação exerce um papel fundamental nessas reuniões, porque além de coordenarem a reunião, são responsáveis por garantir a fluidez das discussões, as dinâmicas e garantir também que os demais participantes não se dispersem tanto, porque como essas reuniões costumam ser bastante longas, é natural também que se tornem cansativas. Por isso, é comum às vezes ocorrerem pausas para a realização de alguma dinâmica, geralmente alongamentos porque passam horas sentados, ou seja, os coordenadores adotam alguma estratégia para manter os demais participantes do início ao fim da reunião.

O ritual das reuniões formais consiste portanto, na abertura onde normalmente o coordenador da associação é quem inicia explicando a finalidade, às vezes fazem uma oração antes de iniciar a reunião de fato, após isto, a coordenação da associação faz um histórico breve do andamento do processo e das ações que já realizaram. Em seguida, acontece a apresentação dos diretores da associação e é feita também uma “chamada” das comunidades presentes, nessa hora os participantes levantam-se rapidamente para mostrar a comunidade que pertencem. Ainda nesse momento, há a apresentação dos convidados e estes falam de qual órgão são, suas expectativas e também explicam ou enfatizam brevemente a finalidade e importância da reunião. Após isto, ocorre a apresentação da pauta e da programação, aqui neste ponto o plenário é consultado se concordam com a proposta, que inclui coisas como ordem das falas, horário do intervalo para o almoço e outras dinâmicas. Como as reuniões são longas, tem a necessidade de fazer uma pausa para o almoço que geralmente é preparada por um grupo de mulheres destacadas previamente pelo líder da comunidade, e estas, dificilmente conseguem acompanhar a reunião porque precisam organizar toda a estrutura da cozinha antes, durante e depois da refeição.

Durante as refeições também é comum acontecer conversas informais, que podem ter relação ou não com as discussões já feitas na reunião. Os participantes de “base” geralmente usam esse tempo para descontrair, fazer brincadeiras ou atualizar informações. Os membros da associação até fazem isto também, mas na maioria das vezes conversam para comentar pontos relativos à reunião, verificar se está andando conforme planejaram ou se é preciso adotar novas posturas e estratégias. Após o almoço, todos retornam para o barracão para darem continuidade às discussões e assim a reunião até finalizar todos os pontos de pauta.

Finalizadas as discussões os participantes partem para os encaminhamentos, que podem ser encaminhamentos de propostas, de tarefas e agendamentos de novas reuniões. É o momento em que “amarram” os acordos, é onde a gente visualiza se as expectativas de “diálogo” e consenso foram alcançadas ou não. Após a leitura dos encaminhamentos também é dado um tempo para os participantes fazerem a avaliação da reunião, e aqui é discutido brevemente se a reunião foi produtiva; se os resultados almejados foram alcançados; se as dinâmicas foram boas e assim segue. Para Comerford (1999, p. 29):

Cada um desses momentos ou etapas se relacionam entre si formando o todo maior que é a reunião, cuja lógica, nesse plano, é justamente a de conjugar esses elementos de diferentes maneiras e em diferentes “dosagens” de acordo com as circunstâncias e de acordo com a “tradição” de cada organização e localidade (...).

Além da reunião de alinhamento que aconteceu no dia 12 de dezembro de 2017, acompanhei também as reuniões das comunidades com o governo – também chamadas de “reuniões informativas” – que aconteceram no dia 13 de dezembro na comunidade de Curuçá e no dia 14 na comunidade do Moura. Ambas com a mesma pauta e mesmos elementos, onde farei a descrição de pontos e discussões, no meu entendimento, relevantes.

A reunião em Curuçá teve início às 09:19 minutos, contou com a presença das comunidades de Juquizeiro, Juquiri Grande, Palhal e Jamari; e com representantes do MMA, ICMBio, SFB, Incra, Palmares, Ecam, UFF e Ufopa. Os líderes locais apresentaram as comunidades e em seguida os diretores e conselheiros da ACRQAT, explicando a finalidade da reunião que pretendia tratar sobre o processo de titulação do território. Após isto, a fala foi dada ao gestor do ICMBio em Trombetas, que se apresentou, reforçou a fala sobre a pauta e destacou que a reunião não tinha caráter deliberativo, era apenas informativa, que foi uma rodada de reuniões solicitadas para que explicassem para todo o território o andamento do processo e as possíveis soluções, mas que em outro momento as comunidades iriam deliberar sobre as propostas. E nessa mesma linha seguiu a fala dos outros representantes, que explicaram o papel do órgão na reunião, objetivos e expectativas.

Figura 4: Barracão da comunidade de Curuçá.



Fonte: Soliane Santos (2017).

Além de João, a reunião teve também a mediação de dois agentes do ICMBio que na ocasião apresentaram a programação e pediram permissão aos participantes para adotarem a dinâmica de interromper as falas para esclarecer as “palavras técnicas” que surgissem durante

a discussão e pediram para que todos se atentassem ao tempo das falas. João interrompeu brevemente para apresentar os parceiros da associação Ecam, Ufopa e UFF. E após isto, fez uma “brincadeira” com os participantes, uma dinâmica para quebrar um pouco o “clima pesado e tenso” que estava sentindo naquele espaço, que entre outras coisas podia ser visualizado na própria organização espacial das pessoas no barracão, o governo estava sentado de um lado e os demais participantes do outro.

João para tentar descontraír, ao final disse para todos ficarem à vontade que “ninguém ia prender ninguém”, que era uma “reunião de amigos” e que deveriam ficar felizes porque era a primeira vez que estava acontecendo no território uma reunião com todos os órgãos do governo. Os mediadores do ICMBio seguiram sugerindo as dinâmicas para a reunião e reforçaram o tempo das intervenções, pediram para terem cuidado com as falas (teor) para não se prologarem e cuidado também com o ouvido, disse ainda que “nossos ouvidos têm limites” e que para dar tempo de todos os pontos serem discutidos não seria possível todos falarem. Neste momento, João pediu o microfone, visivelmente incomodado com esse pedido da mediadora e questionou:

Você participa aqui nas reuniões de quilombola né? Você tem convivência com as nossas reuniões, assembleias... tem? Tá, ainda muito bem que você tem. Porque o seguinte: é... nós chamamos isso aqui de “*reunião oportunistas*”, regras e exceções têm que existir, mas tem coisas aqui que não vai poder deixar de ser falado, né? (...) Só que nosso povo, nosso povo não é costume de falar muito não, só que os que falam, falam muito, tá? E assim, é eu acho legal a questão da interpretação de palavras técnica, eu acho legal, mas a gente já vêm falando isso pelo um bom tempo, se arrastando que *quando o branco tá aqui no quilombo, ele tem que tentar falar a origem do quilombo, ele tem que tentar*”, porque quando eu vou pra Holanda, pra Espanha eu falo o quê? Espanhol (...). Só que às vezes tem o anseio, eu tenho anseio de falar algo pro Incra, comunidade tem anseio de falar algo pro ICMBio, então assim, eu gostaria que o acordo aconteça, mas que não possa tirar o anseio que as pessoas têm o desejo de falar e de perguntar, beleza? (João, 13, dez. 2017. Gravação ACRQAT).

A fala do João é bastante significativa para compreender a importância dada às reuniões, afinal, não é todos os dias que eles estão diante das “autoridades” e quando ele chama de “reunião oportunistas”, é possível entender que este é um espaço singular, que deve garantir a possibilidade de falarem, questionarem e relatarem seus dilemas, dúvidas, sugestões, entre outras. Dessa forma, em um espaço como este, feito por eles e para eles, devem, no mínimo, respeitar essa demanda, pois, se a intenção é realmente garantir a participação de todos, cerceando e limitando as falas isso não acontecerá.

Após a intervenção de João, os mediadores seguiram apresentando a programação e a sequência das falas, solicitando o esforço de tentarem finalizar as apresentações ainda no

período da manhã para que à tarde as discussões se concentrassem mais no sentido de esclarecer dúvidas ou pontos ainda não compreendidos. Em seguida, iniciando a ordem das falas conforme a programação, João fez um breve histórico das reuniões que aconteceram em Brasília, convocadas pelo MPF após a publicação do RTID, e das reuniões de repasse no território, onde a finalidade é informar às comunidades as discussões e encaminhamentos que houveram em Brasília e como voltaram de lá ainda cheios de dúvidas, fizeram também algumas oficinas, com a colaboração do MPE e Ufopa para compreenderem melhor algumas peças do processo, especialmente o CCDRU.

Na sequência, o representante da Palmares fez uma fala contextualizando o processo, enfatizou a decisão judicial que impôs aos órgãos do governo um prazo para que resolvessem o conflito de interesses que existe na área. A solução que a sentença pedia era a regularização fundiária do território. Informou ainda que os órgãos de governo vinham se reunindo em diálogo com a associação há algum tempo, na tentativa de reunir propostas para essa resolução. E que Incra e ICMBio elaboraram algumas propostas mais viáveis para o momento, considerando o contexto que as comunidades vivem, mas também o contexto político do país. Enfatizou que o papel da Palmares no processo, além de emitir a certificação quilombola é responsável também por garantir e pôr em prática a Convenção 169 da OIT.

Depois da intervenção da Palmares e seguindo a programação, a fala foi dada ao Incra onde as coordenadoras de quilombos de Brasília explicaram como ocorre o processo de regularização fundiária e em que fase se encontrava a demanda do Alto II. Explicaram também que apesar da publicação do RTID em fevereiro de 2017, ainda era necessário consultar os demais órgãos como parte do processo para tentar resolver os conflitos de interesses que envolvem as áreas e para que pudessem entrar na segunda etapa - a portaria de reconhecimento. Durante a explanação do Incra e conforme tinham definido na reunião de alinhamento, Alice questionou o órgão sobre a validade do RTID e o Incra respondeu que ele tem validade jurídica, que é o Estado brasileiro identificando uma área de comunidade tradicional e/ou quilombola, e já era um passo para concretização do direito das comunidades. Seguiram falando sobre a necessidade de conciliação e sobre a proposta de acordo via CCDRU. Neste momento, João pediu a fala e mais uma vez fez um “desabafo”:

Todos nós estamos aqui por mais de 20 anos, nós estamos querendo o título definitivo, né? E... todas às vezes que o Incra de Santarém Regional tiveram conosco nós falamos de título definitivo, né? E das duas vezes que tivemos em Brasília conversando com vocês, nós fomos pedir título definitivo, confiando na Constituição que garante o direito do quilombola e o direito ambiental, são duas bandeiras, né? Então assim, pra mim é muito... começa a me deixar meio ansioso o ritmo da reunião, porque assim

por exemplo, a princípio tinha uma proposta do governo que era termo de compromisso e titulação na Flona, o governo já desdobrou, hoje já é termo de compromisso na Rebio e CCDRU na Flona. Você agora disse: “Ah, não pode titular, podemos dar uma CCDRU”. Não, eu acho que aqui é o seguinte, a fala do Inkra aqui é falar a resistência da titulação definitiva, se no final da caminhada não tiver opção, o Inkra pode opinar, porque todos nós estamos aqui, não seu se tô enganado, meus companheiros se eu tiver me corrija, nós nunca falamos aqui que o Inkra deu uma sugestão de CCDRU pra nós, deu? Falamos? Não! Falamos aqui que proposta de CCDRU é do Ministério do Meio Ambiente. Então assim, eu gostaria que você falasse, afuniladamente, no processo de titulação, título definido. Agora, depois nas alternativas, é que vem uma proposta dizer oh: “infelizmente a vontade do Inkra é essa, mas não dá, vamos ter que ir por aqui”. (João, 13, dez. 2017. Gravação ACRQAT).

Palmares e Inkra pontuaram que o CCDRU era uma solução temporária, “um meio caminho para a titulação, que o foco continua sendo a titulação”, mas um coordenador insistiu em pedir que o Inkra concentrasse sua fala em explicar o RTID e o processo de titulação, porque eles queriam entender os direitos que o relatório lhe conferia, até porque o gestor do ICMBio em Trombetas disse em outro momento que “o RTID era só uma pretensão, não dava direito a nada”. E este, visivelmente constrangido disse que não reconhecida ter dito isso, e o coordenador falou que não foi só ele que ouviu, que tinha companheiros que poderiam afirmar também. Esse momento foi estrategicamente pensado durante a reunião de alinhamento e, como esperavam, o gestor ficou numa “saia justa”.

Inkra seguiu com sua fala explicando que para titular precisa de um projeto de lei modificando as UCs, mas o título não é emitido quando tem UC, elas teriam que ser desfeitas. Pontuou que o combinado em Brasília foi tratar em curto prazo, o CCDRU, e a longo prazo a titulação.

O ritual da titulação então é: o Inkra não titula área pública; para a UC deixar de ser área pública compete ao poder legislativo de desfazer a UC; uma solução intermediária é a CDRU enquanto aguarda a titulação definitiva. A CDRU é um instrumento que confere direito às comunidades quilombolas até o título. O Inkra e o ICMBio podem fazer CDRU. (Inkra, memória de reunião 13, dez. 2017, p. 3).

A Palmares reforçou o CCDRU é um passo transitório, sugeriu que no cenário político atual pode se fazer um CCDRU enquanto aguardam um melhor cenário político para a elaboração de projeto de lei para desafetação da UC. Acrescentou ainda que para a FCP não há conflito de interesse entre comunidade quilombola e meio ambiente, em outras palavras, entre comunidade e unidade de uso sustentável.

Em seguida, a palavra foi dada ao diretor de conflitos do ICMBio em Brasília que iniciou falando que o órgão reconhece a ocupação quilombola, não contestou o RTID, mas

manifestaram interesse sob a área em função das UCs. Após os estudos feitos pelo grupo de trabalho montado em Brasília chegaram a conclusão que o CCDRU seria a melhor alternativa para este momento, pressupondo o atendimento de duas questões: das comunidades e do meio ambiente, o modo de vida e a conservação da natureza. Disse que foi uma solução pensada agora e que não fizeram antes por motivos que não poderia explicar no momento. João, lá do plenário comentou que achavam estranho justamente isto, porque “essa CCDRU ficou debaixo da saia de muita gente anos e anos e ninguém falou nada, depois que veio uma ordem judicial aí apareceu”. ICMBio respondeu que por questões burocráticas e administrativas não o fizeram antes, seguindo com a apresentação breve do histórico da sobreposição e de implantação das UCs enfatizando a importância do aspecto ambiental. Mencionou o termo de compromisso da castanha publicado em 2011 que beneficiava mais de 380 famílias e esta foi a “deixa” que a associação precisava para pautar o fato deste termo contemplar grupos de coletores de fora do território, conforme já haviam “alinhado”.

Um participante do evento, colaborador da associação, foi o primeiro a comentar este ponto, e questionou se não é uma incoerência do ICMBio permitir que pessoas “não-quilombolas” entrem numa área de proteção integral para fazer coleta. ICMBio respondeu que, na ocasião em que o termo foi elaborado em 2011, o órgão não tinha maturidade para compreender quem tinha relação ou não com o território, que haviam muitas famílias interessadas e que não daria para “passar um pente fino”. Nesse momento, o plenário se manifesta por meio de algumas pessoas que diziam “agora já tem, o RTID”. Mas embora já tenha essa peça para legitimar o pedido das comunidades, o ICMBio afirmou o termo ainda vai ser feito nos moldes anteriores para ter uma transição depois, porque fazer um novo termo demanda trabalho, por meio de oficinas, diagnósticos e o mais fácil agora seria a renovação.

Alice levantou a mão e também pediu a fala para comentar este ponto, foi até à frente do plenário com os documentos em mãos e pontuou que:

Isso é uma coisa que eu disse que ia falar aqui, tá me angustiando né? E eu vou falar aqui perante às autoridade e às comunidades presente, que nós como associações temos obrigação de repassar o que está acontecendo pros nossos comunitários, nossas comunidades. Dia 16 de outubro, nós reunimos no ICMBio e falamos que nós queremos nosso termo de compromisso assinado pela a nossa associação ACRQAT e Mãe Domingas, possivelmente até a ARQMO, né? E... tivemos algumas conversas com o diretor local que tá aqui presente e ele achou que não deveria porque tinha pessoas tradicionais que não são do território, mas que tão trabalhando há muitos anos dentro dos castanhais, então, existe uma preocupação também da parte do ICMBio de tá tirando essas pessoas, né? A gente observou isso, mas a gente se apoiou no nosso direito, que nós temos o nosso RTID publicado. Então, devido nós ter o nosso RTID publicado, nós como associação, é... tomamos uma decisão, né, nas nossas reuniões que nós poderíamos assinar o termo de compromisso com associação, por quê? Porque

a gente luta muitos anos por isso, conseguimos um RTID publicado em fevereiro de 2017, então, acho que tava na hora de a gente se organizar e manter o que é nosso, entre nós, né? Esse é um pensamento meu, e um pensamento compartilhado também com associação. E pro final da conversa no último momento, que tivemos dois momentos, manhã e tarde, o diretor local pediu um documento como se nós fizéssemos pra mandar pra chefia de Brasília tá tendo conhecimento como a gente tava solicitando esse termo de compromisso, fizemos no mesmo dia no segundo momento à tarde entregamos pra ele. Então eu queria uma resposta aqui desse documento e foi por isso que perguntei do Incra qual é a validade do nosso RTID, porque eu lembro que o diretor local falou que isso não nos dava direito ainda de a gente ter a nossa assinatura somente da nossa associação no termo de compromisso. E falando de meio ambiente, a gente também prevê a questão do meio ambiente com pessoas que vem de fora, que venham se colocar dentro do nosso território porque acontece, pessoas que vem dizendo que vai tirar castanha e não é só castanha. A gente é conhecedor que existe muita desordem, de certas pessoas, eu vou aqui dizer que é todas? Não, não são todas, mas existe casos que isso acontece. Então, também a gente como associação, como ACRQAT, a gente previne, não só a ACRQAT, esse pedido foi pedido pelas duas associações, Mãe Domingas e ACRQAT, então acho que deveria ter um olhar mais... mais legal, sei lá, ter dado uma resposta mais bacana pra gente. Era isso. (13, dez. 2017. Gravação ACRQAT).

Após a fala de Alice, ICMBio justificou que como a safra de 2018 já estava próxima, não daria tempo de refazer os termos de adesão e por isso acharam melhor renovar o TC da forma como estava, mas que fariam as adequações necessárias para 2019. Os mediadores pediram para o ICMBio seguir com a explicação e que a pauta do TC da castanha fosse melhor discutida no período da tarde. E assim, ICMBio seguiu explicando as propostas de acordo para área da Flona e Rebio. Para a área da Rebio a proposta de acordo sugerida é via TC, segundo o órgão, não há no momento outro instrumento de gestão para pactuar os interesses com a comunidade, o TC seria para os próximos 10 ou 20 anos, enquanto melhoram o manejo de outros recursos naturais na Flona e melhoram a qualidade de vida da comunidade, diminuindo a pressão sobre o Erepecu que é a principal área de preservação dentro da Rebio. Começou um “zum zum zum” em um determinado momento e João interrompeu porque percebeu que os participantes estavam meio perdidos nas discussões, então foi explicar de forma mais simples e breve quais áreas estavam sendo mencionadas para que todos pudessem se localizar.

ICMBio encerrou a fala explicando a proposta de acordo para a área da Flona, que por ser uma terra de domínio público o Incra não pode titular, assim como o ICMBio não tem poder para desafetar a área, por isso que visualizaram no CCDRU a melhor alternativa de resolução e conciliação de interesses. É um instrumento de gestão que pode fortalecer as atividades extrativistas e o novo zoneamento de acordo com necessidades dos quilombolas e além de outras cláusulas que serão elaboradas coletivamente. Enfatizou que o CCDRU não impede a titulação futura, mas que para isso acontecer a Flona precisará ser desafetada. Pedro questionou que na possibilidade de um consenso, quem emitiria o CCDRU? ICMBio respondeu que ao

final de todo o processo seriam eles, mas para emitir as terras precisam estar arrecadadas e uma parte da Flona ainda está em processo de arrecadação, ou seja, a emissão do CCDRU com o acordo entre as partes teria que esperar esse outro processo ser finalizado.

Ao falar sobre a portaria de reconhecimento, ICMBio não queria aceitar nesse primeiro momento que o instrumento contemplasse todo o território, que para a Flona não teria problema, mas que para a Rebio ainda precisariam “dialogar” mais. Pedro então perguntou o que impediria os órgãos de reconhecer todo o território, inclusive a Rebio. João enfatizou a fala de Pedro, destacando a finalidade do processo que é a conciliação, mas para que isso aconteça alguém tem que ceder, não somente os quilombolas, mas o governo também, reforçou que se vai ter conciliação, a portaria deverá reconhecer o território todo, e afirmou:

Já estamos cedendo uma terra que é nossa, que o governo veio..., já estamos respeitando, conciliando, então não custa nada conciliar pra sair a portaria geral, mas com cláusulas (...) porque é uma mão lavando a outra, o governo tá cedendo um pouquinho, até agora só nós que estamos cedendo, ICMBio não tá cedendo nada até agora (...). (13, dez. 2017. Gravação ACRQAT).

Um coordenador inquiriu ao ICMBio quem faz a gestão das águas do rio Trombetas de Oriximiná até Cachoeira Porteira. ICMBio respondeu que no trecho dentro da Rebio a gestão é do ICMBio, mas existe também atribuição da Marinha que tem gerência sobre as águas de maneira geral. Depois, ele esclarece que “era só pra gente saber, porque tinha um navio que passou um ano dentro da Rebio e tu não mandou embora”, nessa hora alguns risos no plenário foram inevitáveis, o próprio quilombola que fizera a pergunta volta para seu lugar rindo. De longe, a mediadora ainda tentou pedir para que ele diminuísse as provocações. No entanto, esse é papel de líderes mais falantes nas reuniões: enquanto muitos presentes têm vergonha ou receio de falar, geralmente é um líder com esse perfil quem faz as falas mais “calorosas”, onde o drama vivido por eles é bastante explícito e também é quem faz as falas mais pontuais, com certos graus de provocações.

Às 13:00 horas todos foram liberados para o almoço, mas antes disso a mediadora solicitou que o “microfone rodasse mais lá atrás”, porque só quem estava falando eram as pessoas da frente, pedindo também para que todos “trocassem uma ideia” durante o almoço para que retornassem ao barracão com “outras vozes”. Outro fato que ilustrou o clima tenso da reunião foi que a equipe do ICMBio e SFB não almoçaram com as comunidades, enquanto a maioria ao sair do barracão se dirigia para a fila em frente à cozinha com seus pratos, vasilhas e colheres, eles desceram para a beira do rio e foram almoçar na lancha em que vieram. Devem ter tido seus motivos, mas demarcou um pouco o espaço que cada um ocupa no processo.

A reunião foi retomada às 14:28 minutos, e o Incra fez uma fala pontuando a linha do tempo desde a abertura do processo de titulação até a fase atual que visava a conciliação de interesses para seguirem com as outras etapas. Após a explanação do Incra, os mediadores sugeriram como dinâmica que os participantes se dividissem por comunidades para que pudessem conversar sobre os assuntos que aconteceram durante o período da manhã.

Pedro discordou da dinâmica e enfatizou que estavam na reunião como território e não como lideranças ou comunidades e propôs que os órgãos saíssem durante 10 minutos para que os quilombolas conversassem entre si. Os mediadores justificaram que a proposta era só para dar oportunidade para que outras pessoas para além das lideranças pudessem falar sem timidez, reafirmando a sugestão de distribuição por comunidades ou pequenos grupos. Pedro esclareceu que embora somente as lideranças estivessem fazendo intervenções, todos os outros tinham a liberdade de fazer também, o microfone estava aberto para todos.

Após um período discutindo como seria feita a dinâmica, os órgãos se retiraram do barracão para que as comunidades pudessem discutir. Só que ainda assim, a proposta não tinha ficado clara, então João falou que não entendia a necessidade de dividir por comunidades e que estava preocupado com a intenção dessa distribuição, questionando se o governo estava desconfiando das lideranças. Roberta e Miguel reafirmaram que não tinha a necessidade dessa dinâmica porque estão compreendendo o debate e acreditavam que se outros tivessem dúvidas também questionariam. Pedro esclareceu que o caráter da reunião é informativo e não para tomar decisões, não havendo a necessidade de parar a reunião para esse momento, defendendo que a reunião continuasse. Em seguida, um líder quilombola pediu para os órgãos voltarem ao barracão para darem continuidade às discussões.

Ao voltarem, os órgãos foram questionados novamente sobre a proposta de CCDRU está aparecendo só agora, pois é um instrumento previsto em lei desde 1967 e este ponto, segundo Alice, foi pauta nos “cochichos” durante o almoço e que ainda não estava compreendido. Incra esclareceu que as discussões entre o órgão e o ICMBio só foram retomadas depois da publicação do RTID, e que somente nessas conversas é o que CCDRU se tornou uma possibilidade. O representante do Ecam perguntou se as procuradorias do Incra e ICMBio conseguiriam publicar a portaria de reconhecimento de todo território, seguido do CCDRU e dos termos de compromissos. ICMBio disse que era possível, pois, reconhecer todo o território não impediria o avanço da elaboração das outras propostas, em especial para a Rebio. Aqui neste ponto, aparentemente as coisas começaram a mudar, pois, ICMBio que durante a manhã

estava irreduzível quanto à publicação da portaria de todo território, percebeu que se não “cedesse”, o processo provavelmente ficaria novamente travado.

João perguntou para as comunidades se tinham entendido que a titulação nesse momento era inviável, então o plenário sinalizou que sim. As discussões continuaram em torno do TC da castanha, mais uma vez solicitando a exclusão da associação que não é do território, mas ICMBio insistiu em afirmar que não seria possível para a safra de 2018, justificando que a partir do momento que tivessem uma avaliação mais madura da discussão poderiam deliberar sobre quem terá acesso, no entanto, se entenderem que o termo está equivocado eles poderiam discutir uma alternativa.

João neste momento, disse que é muito revoltante para os moradores do território, devidamente reconhecidos no RTID, terem que respeitar as imposições do ICMBio enquanto que o órgão não respeitou as peculiaridades na hora de elaborar o termo de compromisso, pontuou também a relação difícil que eles estavam tendo com o diretor local em Trombetas e enfatizou que o pedido para retirar a ETMO já tinha sido solicitado há algum tempo, ou seja, já poderiam ter feito esse “amadurecimento” necessário antes. FCP e Incra defenderam o uso exclusivo do território pelos quilombolas, sinalizando a colaboração dos órgãos para a elaboração do termo e para que o direito deles fosse respeitado.

Após muita discussão e mesmos resistentes, os representantes do ICMBio concordaram em garantir o uso exclusivo dos quilombolas no TC da castanha para o ano de 2019. A reunião então foi partindo para os encaminhamentos com a leitura dos pontos e data de novos encontros que foram deliberados, sendo encerrada às 17:48, agendando as datas das “reuniões devolutivas” que após o ICMBio enviar o material com as propostas concretas, as comunidades se reuniriam internamente, avaliariam e dariam suas respostas.

Neste dia, mais um ponto merece destaque, após a reunião fomos até Trombetas para ir ao supermercado comprar algo para preparar a janta na casa onde passaríamos a noite. Antes de ir ao supermercado, paramos (como de costume) no “box 18”, uma lanchonete/bar em frente ao porto, e ficamos conversando informalmente sobre a reunião, de modo geral, os diretores e parceiros avaliaram positivamente as discussões, muitas coisas ocorreram como haviam planejando. Mas essa “socialização” também serviu para planejarem algumas intervenções para o dia seguinte, como por exemplo, questionar o interesse do SFB no processo, porque o representante estava na reunião, mas em nenhum momento explicou o real motivo de estar lá.

Em meio às conversas e risos das situações, a “turma” do ICMBio também apareceu no mesmo box e um coordenador os convidou para sentarem conosco, foi um momento

interessante porque, quem esperaria que após um dia com constantes provocações e desentendimentos todos estariam na mesma mesa “socializando”? Talvez demonstre que apesar de todos os conflitos históricos e atuais, eles não são inimigos, mas que uma “performance mais dura” durante as reuniões seja necessária para expressar também o sentimento da “base”, para que eles percebam que a associação está fazendo seu papel. No entanto, nos bastidores é comum acontecer essa “quebra de protocolo”, mas que em outros períodos da história isto jamais aconteceria.

Destaco este episódio porque pode ser entendida também como uma manifestação da *communitas*, uma forma de antiestrutura definida por Victor Turner (1974). Na *communitas*, os indivíduos ou grupos sociais compartilham a mesma condição ou situação social, caracterizada nos rituais como *liminaridade* ou *fase liminar*. Para Turner (1974, p. 5):

A "communitas" é um relacionamento não-estruturado que muitas vezes se desenvolve entre liminares. É um relacionamento entre indivíduos concretos, históricos, idiossincráticos. Esses indivíduos não estão segmentados em funções e "status", mas encaram-se como seres humanos totais. A dinâmica empregada no relacionamento contínuo entre estrutura social e antiestrutura social é a fonte de todas as instituições e problemas culturais.

Na “estrutura” das reuniões os papéis e status de cada indivíduo e representante é bem demarcado, ressaltando a formalidade presente nos rituais que contribui para a demarcação de papéis, colocando representantes e lideranças em posição de prestígio. No entanto, em situações como a box 18 essa estrutura é rompida, tornando-se em oposição às reuniões, uma antiestrutura em uma analogia que dialoga com as contribuições de Turner.

No dia seguinte, 14 de dezembro, a reunião aconteceu na comunidade do Moura, dessa vez com a presença do Último Quilombo e Nova Esperança. Não entrarei em tantos detalhes porque as discussões, com exceções de alguns pontos ocorreram de forma parecida à reunião anterior em Curuçá. Mas merece destaque a maneira como se organizaram para essa segunda reunião, diferente da primeira, os representantes dos órgãos não se concentraram em lugar específico, mas alguns procuraram sentar mais próximos dos demais participantes.

E sobre as discussões, outro ponto relevante foi o questionamento que o representante do Ecam fez ao SFB, e assim como tinham definido após a reunião em Curuçá, questionou o real interesse do órgão no processo, pois, não havia se manifestado na reunião anterior. O representante do SFB falou das áreas de concessões florestais que teriam uma pequena sobreposição de menos de 3 hectares com o território e que tinham interesse de resolver essa questão. Neste momento, um coordenador, claramente chateado retrucou: “não acredito, mais

uma sobreposição?”. Pedro esclareceu que em uma reunião em Brasília foi definido que área de concessão deveria ficar a pelo menos há 3km de distância da área pretendida pelos quilombolas e questionou o aparecimento do SFB somente agora, enfatizando que, deve-se respeitar o limite da área e não adentrar o território quilombola.

Figura 5: Vista lateral do galpão de exposição e armazenamento de cerâmicas da Comunidade Moura.



Fonte: Ecodimensão (2014).

João explicou que nunca haviam sido informados de mais essa sobreposição e pediu para encaminhar um diálogo sobre esse ponto, pois não estavam dispostos a ceder em mais essa questão. Depois de muita discussão, o representante do MMA, que também pouco se manifestou durante as reuniões, garantiu que o ministério se comprometeria em elaborar uma proposta sobre este ponto que viria no material junto com as propostas de acordo do ICMBio. Isto foi algo comentado informalmente depois, que a figura de uma pasta tão importante como o MMA, não estava tão preparada para as discussões, e por vezes, aparentou estar perdido.

O termo de compromisso da castanha foi novamente um ponto que gerou bastante discussão. Isto porque, durante a reunião em Curuçá o ICMBio havia solicitado da associação um documento formal justificando o pedido de exclusão da AETMO e que, no entendimento de todos, o RTID seria justificativa suficiente para embasar o pedido. No entanto, a postura do

órgão já foi outra durante a reunião no Moura, solicitaram o documento mas não deixaram claro se o RTID serviria como justificativa e se o pedido da associação seria deferido. UFF e Ecam, neste ponto, enfatizaram nas suas falas que os órgãos estavam na posição de negociação e chamaram atenção para a necessidade de mudança de posição com relação a esse tipo de direito da comunidade quilombola, destacando que os direitos das comunidades estavam sendo secundarizados. E por fim, cobraram maior predisposição do órgão ao diálogo e aos encaminhamentos solicitados pela associação quilombola. ICMBio informou que a resposta a essa solicitação viria no documento com as propostas do órgão para a resolução do conflito. Entre outras coisas, esses foram os principais pontos de discussão nesta reunião.

Figura 6: Lanchas, rabetas e barcos atracados em frente à comunidade de Curuçá.



Fonte: Soliane Santos (2017).

Após as reuniões informativas, já em fevereiro de 2018, o ICMBio encaminhou suas propostas para as comunidades discutirem e deliberarem. Incra e Palmares, como intervenientes, estudaram e lançaram notas técnicas sobre as propostas para colaborar com as deliberações das comunidades, e em maio de 2018, reuniram-se para fazer essa socialização de ideias. No dia 13 de junho de 2018, durante a reunião entre as associações e órgãos em Brasília, as comunidades apresentaram suas contrapropostas e acordos, e no mesmo dia, conseguiram chegar a um consenso, saindo de lá com uma vitória emblemática, que foi a publicação da portaria de reconhecimento de todo território no dia 19 de julho de 2018. Em agosto do mesmo

ano, órgão e comunidades deram continuidade aos diálogos, definindo o grupo de trabalho para acompanhar os estudos na área da Rebio e o formato do termo de compromisso da castanha para o ano de 2019, que assim como foi solicitado, garantiu o uso exclusivo dos quilombolas no território e especialmente no período da safra.

No entanto, a ACQART teve pouco tempo para comemorar essa vitória, porque no dia 11 de janeiro de 2019, foram surpreendidos com a liminar da justiça que concedeu a ETMO autorização para realizarem a coleta de castanha no interior da Rebio no ano de 2019. Agora os quilombolas de Trombetas estão com mais este impasse para resolver, isto demonstra também que eles vivem em constante situações de conflitos, quando pensam que resolveram uma coisa e poderão “descansar”, aparece outra. Aparentemente, eu diria, que o motor da vida em Trombetas, são os conflitos.

4. DIÁLOGO COMO PERFORMANCE

Esta pesquisa se alinha aos estudos de *performance*, na medida em que essa noção é útil à análise das reuniões enquanto *situações sociais* ritualizadas capazes de fazer aflorar uma série de elementos indicativos da organização social e política das comunidades observadas, permitindo ainda analisar as relações entre os atores sociais no contexto pesquisado, com ênfase no jogo político construído, vivido e performatizado por estes.

Max Gluckman (1986), em sua obra *Análise de uma situação social na Zululândia moderna*, introduz o conceito de *situação social* e desenvolve um método etnográfico de análise a partir dos eventos por ele observados e os desdobramentos/implicações no âmbito das relações sociais entre os grupos envolvidos. Sua análise concentra-se no norte da Zululândia, onde apresenta o sistema social do país e as relações sociais, econômicas e políticas entre brancos e africanos. Gluckman descreve minuciosamente o evento da inauguração de uma ponte no território Zulu, observando os diferentes comportamentos e as relações estabelecidas na ocasião, considerando a importância ou o interesse de cada um na situação vivenciada. Para Gluckman (1986, p. 228):

As situações sociais constituem uma grande parte da matéria-prima do antropólogo, pois são os eventos que observa. A partir das situações sociais e de suas inter-relações numa sociedade particular, podem-se abstrair a estrutura social, as relações sociais, as instituições, etc. daquela sociedade. Através desta e de novas situações, o antropólogo deve verificar a validade de suas generalizações.

Gluckman e a Escola de Manchester realizaram diversas críticas ao modelo clássico da antropologia britânica, desenvolvendo avanços metodológicos fundamentais para o trabalho de campo na antropologia. A situação social, apresentada como categoria-chave no novo método adotado por Gluckman para trabalhar o material etnográfico, ganha espaço substituindo o que antes servia apenas para ilustrar a ideia do autor.

A inclusão da análise de situações sociais possibilita trazer uma abordagem analítica sobre as relações entre os grupos, valores, motivações e contradições de maneira diferenciada, é uma ferramenta de análise poderosa que permite também a investigação de situações de mudança rápida. Observar as várias situações em campo, como sugere Gluckman, é uma forma bastante significativa na tentativa de captar o máximo possível do processo social, bem como desenvolver uma análise mais aproximada do que seria a relação entre ação e representação.

De acordo com João Pacheco de Oliveira Filho (1988, p. 54):

Ao falar de situação social, Gluckman, de fato, refere-se a dois instrumentos inteiramente distintos, localizados em diferentes patamares teóricos, ainda que possam ser usados consecutivamente (e assim de modo indiferenciado) no processo concreto de pesquisa. O sentido mais conhecido, que o autor explicita em uma definição (vide 1968:9) e materializa através de extensa discussão de um exemplo específico, é aquele que implica a sobreposição de três elementos: a) um conjunto limitado de atores sociais (indivíduos e grupos); b) ações e comportamentos sociais destes atores; c) um evento ou conjunto de eventos, que referencia a situação social a um dado momento do tempo. Entendida em seu modo mais estrito a situação social não seria mais que isso, um repertório de atores relacionado por determinadas ações e eventos (...).

Segundo Gluckman (1986, p.238), “todos os eventos que envolvem ou afetam os seres humanos são sociais”, nesse sentido, visualizei nas reuniões em Trombetas, uma situação social capaz de demonstrar uma série de características da organização social e política dos quilombolas, além das relações que eles têm com os diferentes atores em meio a esse processo histórico que é a luta pela titulação de seu território. Procurei compreender também o comportamento dos indivíduos, relacionando os dois tipos de reuniões que fazem parte da agenda da associação e das comunidades.

As reuniões se tornaram importantes na medida em que poderiam possibilitar um desfecho positivo desde que o pedido de titulação foi instaurado em 2004, isto explica o esforço de todos em participar das reuniões. Em que muitos “perdem um dia de trabalho” ou “um dia de aula” para estar presente nas discussões. O território neste dia fica todo concentrado, na expectativa de saírem de lá, desse longo dia, com as esperanças renovadas. Embora o desfecho atual ainda não tenha possibilitado a realização do sonho que é a “titulação definitiva”, muitos compreendem que a portaria de reconhecimento já foi uma vitória parcial, e seguirão nessa busca incessante, até que essa luta histórica seja consolidada.

Após compreender as reuniões como uma situação social experimentada frequentemente pelos quilombolas em Trombetas, com a contribuição de John Comerford (1999) pude compreender também, a relevância em escrever sobre um tema que por vezes é tratado como “banal” dentro do contexto da organização de uma associação. Nesse sentido o autor por dar ênfase a questões que geralmente são tratadas como irrelevantes ou “menores” nas discussões sobre mobilizações, lutas e organizações social e políticas de trabalhadores rurais e pequenos agricultores. Em seu livro *Fazendo a luta: sociabilidades, falas, e rituais na construção de organizações camponesas* o autor aborda com bastante originalidade as sociabilidades camponesas a partir de situações não convencionais, como as reuniões da associação. Segundo Comerford (1999, p. 15):

Esses eventos são particularmente interessantes para identificar alguns aspectos ou dimensões da própria vida social que são postos em relevo e rerepresentados pelos e para os próprios atores, abrindo janelas, por assim dizer, que permitem visualizar valores e representações socialmente construídos como importantes no universo social em questão, cujo conjunto pode ser analisado como uma “cosmologia”. No entanto, mais do que apenas representar valores, esses eventos, ou seja, esses conjuntos identificados, nomeados e destacados de práticas sociais, contribuem para (re)construir e transformar esses valores, na medida em que cada evento relaciona-os, de modo até certo ponto singular, a uma situação específica e a outros conjuntos de práticas e representações.

Dessa forma, a abordagem de Comerford contribuiu para que eu pudesse refletir sobre a construção de diversos processos sociais presente do contexto das reuniões da ACRQAT em Trombetas. Rituais e elementos de uma reunião, posicionamentos políticos, divergências, conflitos internos e etc. movimentam e dinamizam o universo social, especialmente das lideranças quilombolas que dedicam grande parte de seu tempo para tornar esses eventos possíveis. Embora eu tenha tratado aqui, de reuniões específicas que ocorrem no território, cabe destacar a movimentação das lideranças para participar de reuniões que às vezes são agendadas em Santarém e em Brasília. É um esforço constante que por vezes tende a ser desgastante também.

Então, dentro de todo este processo, e em função de toda essa mobilização cotidiana da associação é compreensível quando os diretores fazem falas expressando sua revolta diante de questões em os órgãos se mostravam resistentes, porque nesse processo de negociação além de lembrar dos erros históricos que promoveram, deveriam considerar também a dedicação das comunidades em participarem, mesmo com as dificuldades, e na disposição em “dialogar” com os órgãos.

A pauta da titulação é mais uma entre os vários *dramas sociais*¹⁷ que os quilombolas de Trombetas experimentam. Ao longo desses anos de conflitos com mineração, unidades de conversação e/ou outros órgãos/grupos, foi exigido deles a habilidade de entrar numa lógica de negociação, visando a construção de um “diálogo” para a manutenção e conquistas de direitos. Essa rotina de reuniões, em que muitas chegam a durar até 9 horas, contribuiu para as lideranças criarem um perfil capaz de exercer influência sobre as pessoas, por meio da habilidade de se comunicar e de fazer a defesa de suas demandas. As experiências históricas e o drama vivido são os principais argumentos (e legítimos) que as lideranças se utilizam para garantir seus direitos em meio a esses processos de negociação. A retórica presente no drama, somada às estratégias que traçam durante as reuniões de alinhamento, possibilitam aos quilombolas uma

¹⁷ Victor Turner (2008), cria a noção de *drama social* para falar a respeito da vida social dos Ndembu, que entre outras coisas, é marcada pelos conflitos.

performance eficaz diante das “autoridades” do governo, que embora resistentes no primeiro momento, acabam sendo persuadidos no final.

Nesse sentido, os estudos da antropologia alinhado aos estudos da performance, contribuiu para que eu pudesse analisar a relação entre ação e representação dos quilombolas no contexto das reuniões. Assim, a antropologia da performance surge como um campo de estudos a partir do encontro entre Richard Schechner e Victor Turner, o primeiro com suas contribuições sobre o teatro e o segundo sobre o drama e ritual. Segundo Hikiji (2005, p. 159):

Schechner, parceiro de Turner em trabalhos sobre a antropologia da performance, defende sua diferença com relação ao autor do conceito de drama social. Turner localizaria o drama essencial no conflito e na resolução desse. Schechner (1988) localiza-o na “transformação”: em como as pessoas usam o teatro como um meio de experimentar, atuar e sancionar mudanças. As transformações via performance se dão tanto nos *performers* (que reorganizam seu corpo e mente) como no público. Nesse, as mudanças podem ser temporárias (e aqui se está falando da performance como entretenimento) ou permanentes (no caso do ritual).

Mais do que uma análise da representação do indivíduo no contexto do teatro tradicional, os estudos de performance em Schchener e Turner propõem uma análise da ação humana, do homem em suas inúmeras formas de interpretar, e, dessa maneira, fornecem elementos para pensar as formas como os quilombolas expressam seus interesses e relações nas reuniões. Para Schechner (2006, p. 12):

Algo “é” performance quando os contextos histórico e social, a convenção, o uso, a tradição, dizem que é. Rituais, jogos e peças, e os papéis da vida cotidiana são performances porque a convenção, o contexto, o uso, e a tradição assim dizem. Não se pode determinar o que “é” performance sem antes se referir às circunstâncias culturais específicas. Não existe nada inerente a uma ação nela mesma que a transforme numa performance ou que a desqualifique de ser uma performance. A partir da perspectiva do tipo de teoria da performance que proponho, toda ação é uma performance. Mas da perspectiva da prática cultural, algumas ações serão julgadas performances e outras não; e isto varia de cultura para cultura, de período histórico para período histórico.

Para Schechner, há pontos de contato entre o pensamento antropológico e teatral, dentre os vários ele destaca os pontos remanescentes que são: a sequência total da performance, a transmissão do conhecimento performático, e avaliações, afirmando que se volta para a antropologia “não por ser uma ciência que resolve problemas, mas porque percebe uma convergência de paradigmas. Assim como o teatro está se antropologizando, a antropologia está sendo teatralizada”. (SCHECHNER, 2011, p. 234).

A performance das lideranças que fazem intervenções nas reuniões se torna mais fácil em função dos “ensaios” que fazem antecipadamente, seja nas reuniões de alinhamento ou nas conversas informais. O fato de comentarem sobre determinada pauta, causa a repetição e isso contribui para que eles se preparem na hora de fazerem suas intervenções.

Os elementos performáticos durante as reuniões ficam expressos também nas intervenções das lideranças quando se utilizam de outras habilidades comunicativas, como fazer falas pausadas, o uso por vezes de um tom mais agressivo, direcionando suas falas, dirigindo-se até “autoridades”, nos gestos e expressões que deixam nítido a insatisfação e a revolta. Quando dirigem-se também ao público, em falas como “nós estamos aqui por mais de 20 anos nessa luta”, quando lançam questões e mesmo que o público não responda, reagem através de expressões, balançando a cabeça positivamente, enfim, são elementos que prendem a atenção dos participantes da base porque são sentimentos que eles também compartilham e dessa forma, sentem-se contemplados. Para Schechner (2006, p. 23):

Existem muitas maneiras de entender a performance. Qualquer evento, ação e comportamento podem ser examinados “enquanto” performances. Utilizar a categoria do “enquanto” performance tem suas vantagens. Pode-se considerar as coisas provisoriamente, em processo, enquanto elas mudam através do tempo. Em qualquer atividade humana existem normalmente muitos atores, com pontos de vista, objetivos e sentimentos diferentes e até mesmo opostos.

A performance pressupõe também a representação e outro autor que me ajudou na elaboração dessas compreensões foi Erving Goffman (1996), que na sua obra *A representação do eu na vida cotidiana*, defende que a vida social é formada por atores e espectadores, é uma fusão entre plateia e palco. O autor, assim como Schechner, se utiliza de elementos do meio dramático e situações teatrais para explicar as maneiras como os indivíduos representam seu papel em espaços específicos de forma que consigam influenciar as impressões dos demais (plateia), a interação entre ator e espectador é fundamental para determinar tais impressões.

Nesse sentido, a partir dessa analogia dramática de Goffman, no contexto pesquisado caracterizei as *lideranças* como os atores, *os participantes de base* como a plateia e a *reunião* como o palco. Mas não quero com essa analogia colocar as lideranças quilombolas, nem as comunidades em descrédito, tampouco afirmar que a participação deles no processo é apenas uma “encenação”, muito pelo contrário reafirmo a legitimidade da luta dos quilombolas em Trombetas e resalto que a minha opção por uma analogia com aspectos teatrais, contribuiu para entender os elementos da estrutura e das situações sociais presente na vida cotidiana das comunidades.

Goffman usa dois conceitos para falar a respeito das ações dos indivíduos e das interações com outros sujeitos num determinado espaço, dessa forma sobre *representação* e *fachada*, o autor afirma que:

Venho usando o termo “representação” para me referir a toda atividade de um indivíduo que se passa num período caracterizado por sua presença contínua diante de um grupo particular de observadores e que tem sobre estes alguma influência. Será conveniente denominar de fachada a parte do desempenho do indivíduo que funciona regularmente de forma geral e fixa com o fim de definir a situação para os que observam a representação. Fachada, portanto, é o equipamento expressivo de tipo padronizado intencional ou inconscientemente empregado pelo indivíduo durante sua representação. (1996, p. 29)

O autor também fala a respeito da “fachada pessoal”, que segundo ele, é composto por elementos expressivos do próprio ator, que podem ser fixos como a idade, altura ou características raciais e transitórias como a expressão fácil que durante a representação pode mudar de um momento para outro. Nesse sentido, a fachada pessoal é uma característica bem marcante nas intervenções de João, desde o vestuário até as expressões e linguagens que se utiliza durante as reuniões. Essa mudança de expressão durante as discussões é algo bem comum e que acontece com frequência também, por exemplo, em um determinado momento, ele está descontraído, fazendo brincadeiras e sorrindo, no entanto, há uma mudança significativa quando a discussão se torna mais polêmica, onde João utiliza outro tom, outra expressão. Assim como essa fachada muda de acordo com o “cenário”, no contexto das reuniões há “embates” constantes, mas essa postura muda como na situação informal que mencionei no “box 18”, em um clima de descontração e numa relação aparentemente “amistosa”.

Essa mudança de postura também foi necessária em relação às pautas do processo, tanto ICMBio quanto os quilombolas precisaram sair das suas zonas de conforto para garantir a fluidez das negociações. Inicialmente a associação não aceitava outra alternativa que não fosse a titulação definitiva, e do outro lado, ICMBio não queria dar a possibilidade de desafetação das UCs. No entanto, o “diálogo” que tanto falamos, pressupõe o entendimento entre as partes envolvidas, este entendimento acontece quando os acordos beneficiam a todos. Embora a publicação da portaria de reconhecimento do território tenha sido uma vitória emblemática, em função de todos os anos de luta, ela ainda não encerra as tratativas e em algum momento o tema da desafetação vai tornar a ser pauta de reunião novamente.

5. CONCLUSÃO

As lutas sociais dos quilombolas do Trombetas iniciaram ainda no século XVIII com as inúmeras fugas dos negros das senzalas e grandes fazendas da região, perseguidos por capitães do mato, expedições de recaptura, enfrentando milícias e militares armados, mas em meio às fugas, encontraram no vale do Trombetas um lugar estratégico para a formação dos primeiros mocambos, com gerações que ocupam o território até hoje.

Das fugas, os conflitos se tornaram socioambientais desde a década de 1970, várias medidas foram sendo tomadas ignorando a presença quilombola no território tradicionalmente ocupado. Essa nova invasão de “brancos” apresentou formas destruidoras de controle e dominação do território, de onde historicamente os quilombolas foram expulsos com violência desproporcional (WANDERLEY, 2006).

A chegada da mineração e das unidades de conservação, instaurou a necessidade de os quilombolas comprovarem suas etnicidade e territorialidade (O'DYWER, 2002), formalizando o pedido de titulação do território em 2004. A sobreposição das unidades de conservação do território, impossibilita a titulação definitiva neste momento, que em um processo constante de negociações e “diálogo” com os órgãos do governo aceitaram as alternativas propostas e fez da portaria de reconhecimento uma vitória parcial, mas isto não encerrou a luta e o desejo das comunidades pelo título definitivo.

Contudo, um pouco mais das habilidades de compreensão e paciência será exigida dos quilombolas neste cenário atual, um pedido de desafetação das unidades nessa conjuntura poderia colocar tudo a perder. O Congresso Nacional, numa maioria esmagadora, somado aos ministros e ao atual Presidente, não estão muito interessados em viabilizar as demandas dos povos indígenas, quilombolas, tradicionais e etc. ao contrário disto, a lógica do capital para satisfazer interesses pessoais é o que está movimentando uma grande parcela da política brasileira.

REFERÊNCIAS

ACRQAT, Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombo do Alto Trombetas II. **Protocolo de consulta e consentimento**. 2018.

ACEVEDO, Rosa; CASTRO, Edna. **Negros do Trombetas: Guardiães das Matas e dos Rios**. 2 ed. Cejup, UFPA - NAEA – Belém, 1998.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Os quilombos e as novas etnias**. In: O'DWYER, Eliane Catarino (org.). *Quilombos: identidade étnicas e territorialidade*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

BRAGA, Alice Serpa. **Políticas públicas ambientais: gestão dos parques nacionais**. Boletim Jurídico, Uberaba/MG, a. 13, no 1126. 2012. Disponível em: <<https://www.boletimjuridico.com.br/doutrina/artigo/3098/politicas-publicas-ambientais-gestao-parques-nacionais>> Acesso em: 20 jan. 2019.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília: Senado Federal Subsecretaria de Edições Técnicas, 1988.

BRASIL. **Decreto n.º 4.887, de 20/11/2003**. Regulamenta o procedimento para Identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por Remanescentes das comunidades dos quilombos.

BRASILEIRO, Sheila; SAMPAIO, José Augusto. **Sacutiaba e Riacho de Sacutiaba: uma comunidade negra rural no oeste baiano**. In: O'DWYER, Eliane Catarino (org.). *Quilombos: identidade étnicas e territorialidade*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

CARVALHO, Luciana Gonçalves de. **Histórias, memórias e representações da escravidão na comunidade quilombola do Ariramba**. In: GRUPIONI, Denise; ANDRADE, Lúcia (orgs.). *Entre águas bravas e mansas, índios e quilombolas em Oriximiná*. São Paulo: Comissão Pró-Índio de São Paulo: Iepé, 2015.

CRAPANZANO, Vincent. **Diálogo**. Anuário Antropológico/88. Editora: Universidade de Brasília, 1991.

COMERFORD, John Cunha. **Fazendo a luta: sociabilidades, falas, e rituais na construção de organizações camponesas**. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia da Política, 1999

ECODIMENSÃO – Meio Ambiente E Responsabilidade Social LTDA. **Relatório antropológico parcial de caracterização histórica, econômica, ambiental e sociocultural do território Jamari/Útimo Quilombo**, 2014.

FUNES, Eurípedes A. **Comunidades negras da Amazônia brasileira: políticas de desenvolvimento e exclusão social.** Territorialidades na América Latina. Goiânia, 2009.

FILHO, João Pacheco de Oliveira. (org.). **Indigenismo e territorialização: poderes, rotinas e saberes coloniais no Brasil contemporâneo.** Rio de Janeiro: Contracapa Livraria. 1998.

GEERTZ, Clifford. **Do ponto de vista dos nativos: a natureza do entendimento antropológico.** In: O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa. Petrópolis: Vozes, 1997. p. 85-107.

GOFFMAN, Erving. Introdução. 1996 In: **A representação do eu na vida cotidiana.** Petrópolis: Editora Vozes. Pp. 11-75.

GLUCKMAN, Max. **Análise de uma Situação Social na Zululândia Moderna.** In. BIANCO, Bela Feldman (Org.). Antropologia das Sociedades Complexas. São Paulo, Ed. Global, 1986.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva.** São Paulo: Ed. Centauro, 2004.

HIKIJ, Rose Satiko Gitirana. **Etnografia na performance musical – identidade, alteridade e transformação.** Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 11, n. 24, p. 155-184, jul./dez. 2005.

JUNIOR, EMANUEL de A. F. **Unidades de conservação, mineração e concessão florestal: os interesses empresariais e a intrusão de territórios quilombolas no Rio Trombetas.** Cadernos de debates Nova Cartografia Social: territórios quilombolas e conflitos / Alfredo Wagner Berno de Almedira (Orgs)... [et.al]. – Manaus: Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia / UEA Edições, 2010. 116-127p.

LEITE, Ilka. **Negros do Sul do Brasil: Invisibilidade e Territorialidade.** Letras Contemporânea. 1996.

MAUSS, Marcel. **Ensaio sobre a Dádiva.** In: Sociologia e Antropologia. São Paulo: Cosac Nayf, 2003.

OLIVEIRA, Luis R. Cardoso. **O ofício do antropólogo, ou como desvendar evidências simbólicas.** Série Antropologia, v. 413, Brasília: DAN/UnB, 2007.

_____. **Direito legal e insulto moral: dilemas da cidadania no Brasil, Quebec e EUA / Luís R. Cardoso de Oliveira.** – Rio de Janeiro: Garamond, 2011. – (Coleção Direitos, conflitos e segurança pública.

O'DWYER, Eliane Catarino_ **Os quilombos do Trombetas e do Erepecuru-Cuminá.** In: O'DWYER, Eliane Catarino (org.). Quilombos: identidades étnicas e territorialidade. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002b.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Convenção 169 da OIT sobre povos Indígenas e tribais**. Genebra, 07 de junho de 1989.

POLLAK, Michael. **Memória e identidade social**. In: Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 5, nº 10, 1992.

PEIRANO, Mariza. **A favor da etnografia**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

SALLES, Vicente. **O Negro no Pará**: sobre o regime da escravidão. 3ed., revista e ampliada. Belém, IAP - Programa Raízes, 2005.

SCHECHNER, Richard. **Performance Studies: An Introduction**. Routledge, 2006. Págs. 45-78.

_____. **O que é performance?** Tradução de R.L. Almeida, publicado sob licença criativa commons, classe 3. abril de 2011. Do original em inglês SCHECHNER, Richard. Performance studies: an introduction, second edition. New York & London: Routledge, 2006. p. 28-51. Disponível em: http://performancesculturais.emac.ufg.br/uploads/378/original_O_QUE_EH_PERF_SCHECHNER.pdf. Acesso em: 08 fev. 2019.

_____. **Pontos de contato entre o pensamento antropológico e teatral**. In: Cadernos de Campo. São Paulo. n. 20. pp. 213-236. 2011.

TURNER, Victor W. **O Processo Ritual**: estrutura e anti-estrutura: tradução de Nancy Campi de Castro. Petrópolis, Vozes, 1974.

WANDERLEY, Luiz J. de M. **De escravos livres a castanheiros “presos”**: a saga dos negros no Vale do Trombetas. Trabalho apresentado no XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais, Caxambu- MG – Brasil. 2008.

_____. **Da senzala ao quilombo**: a construção de territórios alternativos à escravidão no rio Trombetas/PA. In: I Encontro da Rede de Estudos Rurais, 2006, Niterói/RJ. Anais do I Encontro da Rede de Estudos Rurais. Niterói/RJ: Rede Rural / UFF, 2006.